

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
CAEd- CENTRO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO PROFISSIONAL EM GESTÃO E AVALIAÇÃO
DA EDUCAÇÃO PÚBLICA

VICENTE DE PAULA DE ALMEIDA

**LABORATÓRIO DE APRENDIZAGEM: PROCESSOS, FUNÇÕES E
RESULTADOS ALCANÇADOS NA ESCOLA MUNICIPAL
PROF^a EUNICE ALVES VIEIRA.**

JUIZ DE FORA

2014

VICENTE DE PAULA DE ALMEIDA

**LABORATÓRIO DE APRENDIZAGEM: SEUS PROCESSOS, FUNÇÕES E
RESULTADOS ALCANÇADOS NA ESCOLA MUNICIPAL
PROFª EUNICE ALVES VIEIRA.**

Dissertação apresentada como requisito parcial à conclusão do Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública, da Faculdade de Educação – Universidade Federal de Juiz de Fora.

Orientadora: Profª Drª Ana Cláudia Peters Salgado.

JUIZ DE FORA

2014

TERMO DE APROVAÇÃO

VICENTE DE PAULA DE ALMEIDA

**LABORATÓRIO DE APRENDIZAGEM: SEUS PROCESSOS, FUNÇÕES E
RESULTADOS ALCANÇADOS NA ESCOLA NA ESCOLA MUNICIPAL PROF.^a
EUNICE ALVES VIEIRA.**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora designada pela equipe de
Dissertação do Mestrado Profissional CAEd/ FAGED/ UFJF, aprovada em __/__/__.

Ana Cláudia Peters Salgado
Orientadora

Membro Externo da Banca

Membro Interno da Banca

Juiz de Fora, agosto de 2014.

Dedico este estudo a Deus, que sempre está comigo, aos meus filhos e esposa.
À EMPEAV, por ter proporcionado esta pesquisa e ricos momentos em minha vida profissional e pessoal.

AGRADECIMENTOS

Ao Senhor Deus, por tudo que me tem proporcionado e por ter concedido iluminação para a conclusão deste trabalho.

A meus pais, por todos os ensinamentos, pela sabedoria e pelo modo simples mas grandioso de viver, pensar e agir.

A toda a minha família e amigos que respeitaram minha ausência, em especial minha irmã Maria Aparecida (Titinha), que teve consideráveis participações, desde o início de minha preparação para este mestrado, à Fabiana que contribuiu com o entendimento de algumas legislações.

À minha esposa Maria Aparecida, que em todos os momentos me deu suporte, incentivo e apoio em minhas decisões.

Aos meus amados filhos Laís e Thales, que compreenderam a minha ausência, embora sempre presente junto deles. A eles dedico a minha vida.

A todos e a todas da Escola Municipal Prof^a Eunice Alves Vieira, por me aceitarem e dividirem comigo alegrias, angústias; por fazerem parte deste estudo, principalmente aos professores, professoras e coordenadoras que atuam diretamente no Laboratório de Aprendizagem, em especial à Professora Marília que contribuiu com os meus estudos e acompanhou a escrita, principalmente do primeiro capítulo desta dissertação.

Aos alunos e às alunas da Escola Municipal Prof^a Eunice Alves Vieira, razão desta pesquisa.

Às minhas tutoras Carla e Carolina, que tanto empenho tiveram para que eu pudesse seguir o rumo correto na produção desta dissertação.

À minha professora orientadora Ana Cláudia, por acreditar e entender a minha paixão pela escola e pelo trabalho desenvolvido naquela instituição.

Enfim, a todos e a todas, que de alguma forma participaram comigo desta caminhada.

A todos os meus sinceros agradecimentos!

“O que vale na vida não é o ponto de partida e sim a caminhada. Caminhando e semeando, no fim terás o que colher.”

Cora Coralina

RESUMO

O presente trabalho se propõe a discutir o papel do Laboratório de Aprendizagem (LA) da Escola Municipal Profa. Eunice Alves Vieira (EMPEAV), assim como os processos, funções e resultados alcançados pela escola na implementação da política pública de reforço escolar e ampliação do tempo escolar, proposta da Secretaria Municipal de Educação de Juiz de Fora (SE/JF). Objetiva-se, neste estudo, avaliar a implementação e os resultados do projeto de Laboratório de Aprendizagem que possibilitaram o aumento do tempo dos alunos na Escola Municipal Eunice Alves Vieira, em consonância com as aulas especializadas, bem como suas funções e contribuições e, assim, definir melhorias para o atendimento aos alunos através de um Plano de Ação com propostas para a escola e para a Secretaria de Educação. Para esta pesquisa, consideram-se as informações fornecidas pela SE de Juiz de Fora e documentos da própria escola. Para a realização deste trabalho, foi feita uma pesquisa bibliográfica e documental e realizadas consultas dos dados da escola, seu histórico, implementação do PDE Escola e do Programa Mais Educação (PME), assim como a implementação do LA. As informações coletadas são tratadas por meio de análise qualitativa na escola, sendo necessário um breve estudo em produções do MEC e em literaturas existentes, no que tange à Educação em Tempo Integral, formação em serviço do professor, relação família-escola, ciclo de políticas, Laboratório de Aprendizagem e as experiências vividas na EMPEAV. Aqui, o estudo de caso objetiva mostrar as boas práticas realizadas no LA da escola, que apesar das dificuldades, têm proporcionado aos estudantes bons momentos de aprendizagem, assim como aos professores formação em serviço, novas práticas e aperfeiçoamento daquelas existentes, o que se pode perceber através da satisfação do trabalho realizado.

Palavras- chave: Laboratório de Aprendizagem; Boas Práticas; Gestão Escolar.

ABSTRACT

The present dissertation aims to discuss the role of the Learning Laboratory (LA, in Portuguese) of the Municipal School Profa. Eunice Alves Vieira (EMPEAV), as well as its processes, functions and results reached by the school in implementing the public policy of reinforcement classes and increased school hours, proposed by the Municipal Secretariat of Education of Juiz de Fora (SE/JF). The goal of this study is to assess the implementation and the result of the Learning Laboratory project which made possible for the students to spend more time at the Municipal School Profa. Eunice Alves Vieira, in line with the specialized classes, as well as its functions and contributions and, therefore, define improvements to the service provided to the students. For this research, we considered the information provided by the SE of Juiz de Fora and documents from the school. Bibliographical and documental research were conducted as well as consults to data from the school, its history, implementation of the School PDE and the More Education Program (Programa Mais Educação or PME, in Portuguese), and also the implementation of the LA. The gathered information were treated by means of a qualitative analysis in the school, being necessary a brief study of the MEC documents and other existing bibliographical references, regarding Full-Time Education, teacher in-service training, the relationship between family and school, cycle of policies, Learning Laboratories and the experiences had at EMPEAV. Here, the case study aims to show the good practices conducted at the school's LA, which, despite difficulties, has provided students with good learning experiences, as well as in-service training to the teachers, new practices, improvements of existing ones, which may be noticed by means of the satisfaction of the conducted work.

Keywords: Learning Laboratories; Good Practices; School Management.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CFP – Centro de Formação do Professor

DEAP – Departamento de Ações Pedagógicas

DPF – Departamento de Políticas de Formação

EMPEAV – Escola Municipal Prof^a Eunice Alves Vieira

FUNDEB - O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação

GE Artes – Grupo de Estudos de Artes

IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

LA – Laboratório de Aprendizagem

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação

MEC – Ministério da Educação e Cultura

NEACE - Núcleo Especializado de Atendimento à Criança Escolar

PDE Escola – Plano de Desenvolvimento da Escola

PME – Programa Mais Educação

PNAIC – Programa de Alfabetização na Idade Certa

PNE – Plano Nacional de Educação

PPP - Projeto Político Pedagógico

SAM – Supervisão de Avaliação e Monitoramento

SE – Secretaria de Educação

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1: ORGANOGRAMA PARCIAL DE FUNCIONAMENTO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.....	p.19
--	-------------

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1: EVOLUÇÃO DO IDEB DA EMPEAV	p.28
---	------

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1: FUNCIONAMENTO POR TURNO DA EMPEAV.....	p.26
QUADRO 2: HORÁRIOS DE ATENDIMENTOS DA JORNADA AMPLIADA.....	p.27
QUADRO 3: PROPOSTA DE INTERVENÇÃO	p.75

LISTA DE TABELAS

TABELA 1: EVOLUÇÃO DO LA NA REDE MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA.....	p.23
TABELA 2: REDE FÍSICA DA EMPEAV	p.26
TABELA 3: TAXA DE REPROVAÇÃO DA EMPEAV	p.30
TABELA 4: ENSINO REGULAR	p.40
TABELA 5: OFICINAS E PROJETOS EXTRA-CURRICULARES	p.40

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	p.14
1 LABORATÓRIO DE APRENDIZAGEM: SEUS PROCESSOS, FUNÇÕES E RESULTADOS ALCANÇADOS NA ESCOLA MUNICIPAL PROFª EUNICE ALVES VIEIRA	p.17
1.1 A rede de Educação Básica em Juiz de Fora	p.17
1.2 O Laboratório de Aprendizagem	p.20
1.3 A Escola Municipal Profª Eunice Alves Vieira	p.24
1.4 O Laboratório de Aprendizagem na Escola Municipal Profª Eunice Alves Vieira	p.29
1.4.1 Breve histórico da implementação do LA da EMPEAV	p.29
1.4.2 Conexão com o Programa Mais Educação	p.36
1.4.3 Da implementação à prática	p.39
2 LABORATÓRIOS DE APRENDIZAGEM: AMPLIANDO POSSIBILIDADES EDUCACIONAIS	p.44
2.1 Percurso Metodológico	p.45
2.2 Ciclo de políticas	p.47
2.3 Educação em Tempo Integral	p.54
2.3.1 A perspectiva da Educação em Tempo Integral em Juiz de Fora	p.56
2.4 Relação família-escola	p.59
2.5 Formação em serviço	p.62
2.6 As possibilidades educacionais da Escola Municipal Profª Eunice Alves Vieira	p.66
3 PLANO DE AÇÕES INTEGRADAS	p.71
3.1 Considerações Finais	p.74
REFERÊNCIAS	p.80

INTRODUÇÃO

A proposta para o Laboratório de Aprendizagem teve seu início em Belo Horizonte-MG, entre os anos de 1993 e 1996, a partir de uma experiência de Ciclos de Formação. Tal experiência fora coordenada por Paulo Freire, em São Paulo, e consistiu na perspectiva progressiva do processo de ensino-aprendizagem, tendo recebido o nome de Escola Plural. Em Porto Alegre-RS, iniciou-se em 1995 com o nome de Escola Cidadã, sendo posteriormente implantada também nos estados do Paraná e Rio Grande do Norte.

Na Rede Municipal de Ensino de Juiz de Fora, o LA se instalou a partir do ano de 2006, e desde então expandiu seus trabalhos chegando a 164 LAs em 71 escolas no ano de 2013, que se organizaram e executaram atividades diversificadas para os alunos, principalmente no contraturno.

O interesse no desenvolvimento do tema surge do desejo de se realizar um trabalho que contribua para a melhoria e apresentação das práticas profissionais e do atendimento às crianças do 3º ao 5º ano no Laboratório de Aprendizagem da EMPEAV. Tal pesquisa contribuirá para a otimização dos recursos obtidos pelo Programa Mais Educação, a fim de implementar o LA no município de Juiz de Fora.

Em documentos da Secretaria de Educação, consta o trabalho de reforço escolar desde 1992. A partir de 2006, tal abordagem passa a conviver com outra proposta de atendimento de reforço escolar aos alunos com dificuldade de aprendizagem, denominado atualmente de LA (laboratório de aprendizagem), mesmo sem registro formal da implementação do projeto. Cabe à SE iniciar o processo de formação teórico e prático do professor para o atendimento dos alunos com dificuldades, dando-lhes autonomia para a construção e realização do projeto.

Nesta perspectiva, o presente estudo tem como objetivo discutir e avaliar a implementação e os resultados do projeto de Laboratório de Aprendizagem na EMPEAV, o que aumentou o tempo dos alunos na escola em consonância com as aulas especializadas, e a qualidade de seu aprendizado.

Assim sendo, a pesquisa foi realizada na EMPEAV, que possuía, em 2005 IDEB 4.3, tendo tido uma queda em 2007, e depois uma redução para 3.7 com meta 4.3, caracterizando-se, então, a inclusão da escola no PDE Escola e, posteriormente, no Mais Educação. Após a implementação do PDE Escola em 2009/2010, o índice se elevou para 4.3 com meta 4.7 na avaliação de 2009. Em

2011, já com o Mais Educação implantado, subiu para 5.0, aproximando-se bastante da meta que foi de 5.1. Já, para o ano de 2013, a meta foi de 5.4. Comcomitante à implementação dos programas PDE Escola e PME ocorreu minha chegada na escola inicialmente como diretor interino e a partir de 2011 fui eleito diretor pelo processo eleitoral que aconteceu em todas as escolas da Rede Municipal de Ensino.

Nota-se, portanto, que para ampliar possibilidades educacionais, é necessário um trabalho organizado em todas as suas etapas como, por exemplo, a Jornada de Tempo Integral, que implica um percurso metodológico bem delineado. Assim sendo, ao propor novas possibilidades e importantes estudos, literaturas sobre LA, pesquisas em documentos junto a SE e outras investigações abrangentes a esta pesquisa que não se preocupa apenas com os resultados, mas valoriza o processo pelo qual se constitui uma rede de aprendizagem. Quero destacar que ser pesquisador é passar a conhecer toda a comunidade escolar e suas histórias e trilhar com estes, seus caminhos e estreitar relações.

Neste sentido, no primeiro capítulo descrevo o caso da gestão, em que é apresentada a concepção do LA dentro de um caráter investigativo, mais a proposta para o enfrentamento e superação das dificuldades vivenciadas pelos alunos.

No segundo capítulo, faço um estudo sobre a Educação em Tempo Integral e sua aplicação na EMPEAV. Aqui busco, junto com o empenho dos funcionários, professores e equipe diretiva uma educação em tempo integral e de qualidade para todos. Outro ponto a ser destacado no segundo capítulo é a Formação em Serviço, que demanda uma reflexão sobre o trabalho desenvolvido. De acordo com o estudo, a formação de profissionais para essa modalidade ainda está em seu início, devendo instigar os profissionais a contribuírem ao máximo com o ensino-aprendizagem de seus estudantes. No segundo capítulo, discuto, também, a relação família-escola, de modo que esta se consolide, favorecendo o desenvolvimento de práticas comunitárias, autonomia e liberdade presentes no contexto e espaço escolares.

Ao finalizar o segundo capítulo, mostram-se as possibilidades educacionais da EMPEAV, quanto à Educação em Tempo Integral, que devem promover a permanência dos estudantes na escola, a construção da cidadania e o incentivo da participação da sociedade

Finalmente, no terceiro capítulo, aponto um plano de intervenção que almeja ampliar o acompanhamento dos alunos e das atividades desenvolvidas no LA, além

de solicitar à SE que viabilize um profissional para o acompanhamento e avaliação dos projetos nas escolas que possuem LA, e divulgue as boas práticas do LA na EMPEAV.

Enfim, diante do exposto, proponho-me a analisar quais problemas levaram a instituição EMPEAV a ter notas menores que a meta prevista, paralelamente à implementação dos programas, quais ações a escola desenvolveu que não contaram com a contribuição dos programas e quais foram os caminhos encontrados para solucionar ou amenizar os problemas detectados.

1 LABORATÓRIO DE APRENDIZAGEM: SEUS PROCESSOS, FUNÇÕES E RESULTADOS ALCANÇADOS NA ESCOLA MUNICIPAL PROF^a EUNICE ALVES VIEIRA

Neste capítulo, é feita uma apresentação da criação da Rede Municipal de Educação e do surgimento do Laboratório de Aprendizagem (doravante LA). Ainda apresentei detalhadamente como se deu a implementação do LA em conjunto com o Programa do Governo Federal “Mais Educação” na EMPEAV (Escola Municipal Professora Eunice Alves Vieira). Aqui busco discutir e refletir também a concepção do LA como um instrumento investigativo e de contribuição para a superação de obstáculos enfrentados pelos alunos, ou seja, um espaço de aprendizado de cada aluno com seus pares, e de professores com alunos e, muitas vezes, destes com aqueles. Destaquei neste processo a importância da atuação da equipe diretiva em conjunto com os profissionais que atuam naquele espaço de aprendizagem e na formação dos professores, viabilizando a construção e aprendizado de novos conceitos que enriquecem o trabalho e aprimoram o ensino-aprendizagem.

1.1 A rede de Educação Básica em Juiz de Fora

A Constituição de 1998, em seu art. 211, firma o Município como ente federativo autônomo, estabelecendo a atuação no ensino fundamental e na pré-escola ao Distrito Federal e aos Municípios que, juntamente com a União e os Estados, “organizarão os seus sistemas de ensino”. Em parágrafo único, em seu Art. 11, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, aprovada em 1996, mantém a possibilidade da integração do município ao sistema estadual. Assim, a responsabilidade do município passou a ser a de oferecer a Educação Infantil em creches e pré-escolas e, com prioridade, o Ensino Fundamental. Porém, permite-se uma atuação em outros níveis somente quando estiverem atendidas plenamente as necessidades de sua área de competência e com recursos acima dos percentuais mínimos vinculados pela Constituição Federal à manutenção e desenvolvimento do

ensino. Dessa forma, fica clara a autonomia de cada município para criar o seu sistema.

Em 1999, Juiz de Fora criou o seu sistema de ensino. Na época, a cidade com quase quinhentos mil habitantes mantinha sob sua responsabilidade 46% de um total de 97.715 alunos das instituições públicas.

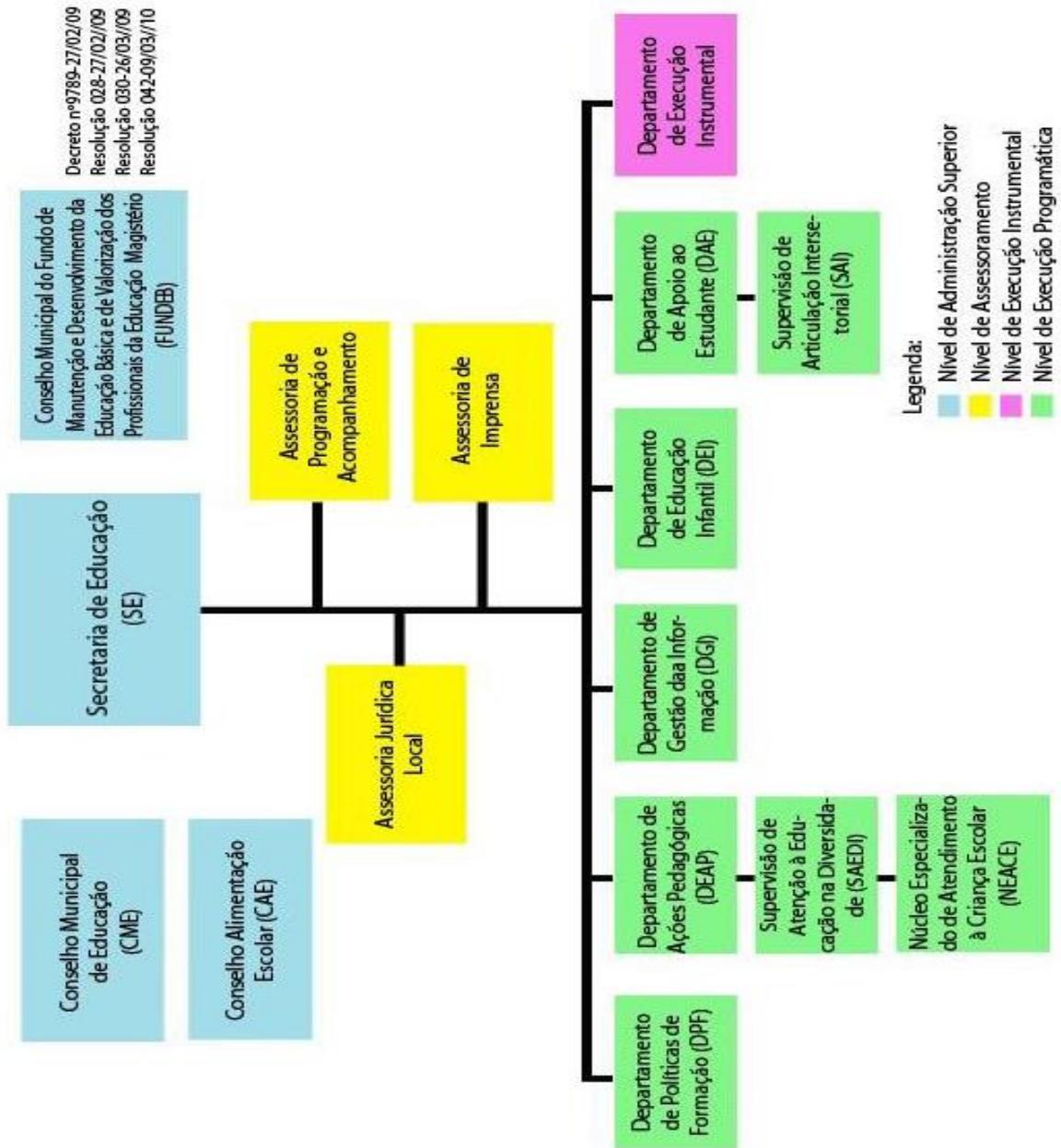
Em 2005, a Secretaria de Educação de Juiz de Fora editou a revista Diretrizes Educacionais para a Rede Municipal de Ensino de Juiz de Fora, “Escola com compromisso social”. O documento apresenta a preocupação em apostar numa política educacional voltada para o ingresso e permanência da população na escola e que esta se aproprie das culturas das quais faz parte. Leva em conta o processo cultural como fundamental para que se tenha uma escola aberta à compreensão das aspirações populares.

A escola pública é um espaço privilegiado por enorme diversidade de pessoas, culturas e amplitude de possibilidades para aprender e ensinar. Por isso, procurar atender às demandas por vagas na rede, melhorar as condições físicas das escolas, as condições de trabalho dos professores e profissionais da educação é fundamental. Tudo isso para que cada instituição escolar possa executar um trabalho de qualidade.

A Rede Municipal de Educação de Juiz de Fora incentiva a prática da Gestão Democrática na construção coletiva do projeto Político Pedagógico (PPP), para que se possa melhor retratar cada realidade educacional, na escolha do diretor escolar, sendo este visto como um articulador do PPP e, como um educador, possa representar os segmentos sociais compostos pela escola, na valorização dos órgãos colegiados, e na contribuição com o fortalecimento da unidade escolar, bem como na transparência da gestão de recursos financeiros que devem viabilizar cada vez mais o processo democrático.

De acordo com o censo escolar 2013, a Rede Municipal de Juiz de Fora possui 101 escolas, 8.903 alunos matriculados na Educação Infantil, 27.335 alunos no Ensino Fundamental e 8.640 alunos na EJA.

Para entender melhor o funcionamento da Secretaria de Educação, segue o organograma da SME apresentado na figura 1.



Fonte: Adaptado pelo autor, retirado do site da SE.

FIGURA 1: ORGANOGRAMA PARCIAL DE FUNCIONAMENTO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.

A Secretaria de Educação de Juiz de Fora é dividida em três assessorias e seis departamentos, sendo que cada departamento possui pelo menos uma supervisão. O Laboratório de Aprendizagem está vinculado ao Departamento de Ações Pedagógicas (DEAP), sob a Supervisão de Avaliação e Monitoramento (SAM).

1.2 O Laboratório de Aprendizagem

Com a intenção de garantir o direito de aprender de cada criança, algumas cidades como Belo Horizonte (MG), São Paulo (SP) e Porto Alegre (RS) avançaram no atendimento com projetos em escolas, baseados em Ciclos de Formação. Em Belo Horizonte (MG), o projeto ganhou o nome de Escola Plural, no período de 1993-1996, e em Porto Alegre, de Escola Cidadã, em 1995. A partir dessas experiências, posso destacar outros estados como Paraná e Rio Grande do Norte que investiram no trabalho de implementação de favorecimento da aprendizagem, com o intuito de respeitar o tempo e o ritmo de cada estudante.

Para melhorar a aprendizagem dos alunos, é importante que haja um investimento na infraestrutura da escola, na formação de professores e na aquisição de materiais pedagógicos, viabilizando a criação de estruturas que possam incluir novos mecanismos e romper com a padronização do ensino.

Santiago (2013, p.24) afirma que:

A escola organizada por ciclos de formação é um exemplo de política pautada em valores inclusivos que propõem conquistar a permanência do estudante na escola, [...]. É nesse contexto de mudança e democratização educacional que surgem os LAs, enquanto inovação pedagógica e, no nosso entender enquanto política que pretende ampliar as oportunidades de aprendizagem e de participação do estudante nos espaços escolares.

No interior das escolas, iniciativas como os LAs podem ou não se constituir em mecanismos que favoreçam os processos de inclusão. Existe um conjunto de fenômenos que podem ser observados para posteriormente oportunizar melhores aprendizagens aos alunos como: diferença de posições entre os estudantes, sendo elas avaliadas em termos de notas, indicadores de sucesso ou de atraso, deficiências e diferenças sócio-culturais, assistência da família e, ainda, da forma como o aluno vive em suas histórias e experiências fora e dentro da escola. Somando-se estas observações à particularidade de cada aluno e às avaliações diagnósticas, o trabalho do LA se torna mais direcionado e, por muitas vezes, mais eficiente.

Santiago (2013) considera que o LA é derivado da Escola Cidadã e da Escola Plural. A autora aborda os princípios mais importantes difundidos por essas

propostas, a fim de compreender a origem dos conceitos que alimentam as culturas e as práticas dos LAs.

Em 1992, Juiz de Fora possuía um regimento que era geral para as Secretarias de Educação, aprovado pela Secretaria Estadual de Educação. O documento menciona, na seção IV, Conselho de Professores por Série, Art.25, § 1º, g) Recuperador. (*Carla e Carol aqui a Ilda coloca uma interrogação, me parece que ela não entende a sequência, que é a seção IV, o conselho, o art, o parágrafo e a letra g desse parágrafo. Como posso colocar para melhorar?*) Em seu Art.143, o documento faz menção ao ensino de 1ª a 4ª série e menciona que nesse período as atividades de recuperação paralela serão desenvolvidas também por um (a) recuperador(a) que atenderia ao aluno no contraturno, observando-se critérios como: o planejamento das atividades seria desenvolvido junto com o professor da turma com base em avaliações diagnósticas e no dia a dia de sala de aula; o agrupamento de alunos de acordo com a série e dificuldades detectadas.

O regimento menciona, ainda, que para cada grupo de 5 turmas haveria um(a) recuperador(a), e que poderiam ser adotados critérios diferentes em casos especiais, ou utilizar o trabalho de professores com carga horária ociosa, cabendo ao diretor a escolha do(a) professor(a), de forma a permitir revezamentos a cada ano.

Em 1999, ano da criação do Sistema Municipal de Ensino, a SE, na Resolução 001/99, que dispõe sobre a organização e o funcionamento das escolas da rede, em seu Art. 3º, e que menciona a organização do quadro de pessoal, aponta um professor auxiliar de turma para escolas que possuam um mínimo de 4 turmas de 1ª e 2ª séries ou ciclo inicial do Ensino Fundamental. O professor auxiliar deve atuar em conjunto com o professor regente, orientando alunos com melhor desempenho nas atividades planejadas por esse professor regente e desenvolvendo outras atividades para alunos com dificuldades de aprendizagem. O § 3º dessa Resolução extingue o cargo de professor recuperador a partir do ano de 1999.

A Secretaria Municipal de Educação de Juiz de Fora, em 2006, através do Departamento de Ações Pedagógicas (DEAP), elabora um documento com o intuito de orientar e iniciar estudos sobre o LA. Esse documento enfatiza a diferença entre reforço escolar e Laboratório de Aprendizagem. Para a SE, “reforço escolar é um espaço pedagógico da escola frequentado pelo(a) aluno(a) em horário inverso ao da

escola regular, para rever os conteúdos que não foram aprendidos com a professora referência¹.” E o Laboratório de Aprendizagem:

É um espaço pedagógico da escola que investiga e contribui no processo de superação de obstáculos à aprendizagem pelos/as alunos/as, na sua interação com os conhecimentos escolares, com os outros (adultos ou não) e com os instrumentos culturais de mediação, já existentes ou novos, no desenvolvimento do pensamento, do conhecimento, da socialização e dos processos comunicativos construídos historicamente, (JUIZ DE FORA, 2006).

A intenção deste documento foi desvincular o LA do professor auxiliar de turma e do reforço escolar, antes praticado na rede, proporcionando, assim, a formação do profissional para o trabalho nos Laboratórios de Aprendizagem.

No ano de 2006, a SE fez uma pesquisa dos índices de repetência nas séries iniciais do Ensino Fundamental e de alunos encaminhados aos atendimentos especializados, e constatou que a maioria das instituições possuíam algum tipo de projeto que visava melhorar a aprendizagem. Foi então que se fez a seguinte pergunta: “Por que, apesar de recursos diferenciados, as crianças que frequentam nossas escolas continuam sem aprender?”

Percebeu-se, então, que mesmo havendo conhecimento de iniciativas inovadoras e criativas em nossas escolas, e em consonância com a diversidade do currículo, havia uma contradição na Rede Municipal de Juiz de Fora. Essa contradição levou o grupo de estudos a desenvolver o projeto *Extrapolando a sala de aula: outros lugares para mediação da aprendizagem*, cujos objetivos foram: a reflexão de práticas e da troca entre os profissionais que atuavam nos LAs; a contribuição com a aprendizagem dos alunos que participavam dos Laboratórios de Aprendizagem; e a soma de estratégias pedagógicas que visam a construção do conhecimento pelo aluno.

Segundo o Departamento de Ações Pedagógicas da Secretaria de Educação de Juiz de Fora (2006), a construção e implementação da ação² teve intenção de contribuir com as práticas pedagógicas das escolas, a partir de reflexões dos profissionais envolvidos nos processos de aprendizagem que extrapolam a sala de

¹ A Secretaria de Educação chama de professora referência, aquela que atua mais tempo com uma turma no turno regular.

² A ação funciona uma vez por mês no Centro de Formação do Professor na SE e conta com a participação efetiva dos professores que atuam com os LAs; estes são dispensados de suas atividades nas escolas e nos encontros são incentivados a elaborar novas atividades para o desenvolvimento com os alunos no âmbito escolar.

ensino regular e que se constitui em uma segunda oportunidade da construção do conhecimento pelo aluno e seus pares.

De acordo com pesquisa realizada na Secretaria de Educação, junto ao DEAP/SAM, não foram encontrados registros de materiais ou de formação de professores no período de 1999 a 2005. Os materiais de trabalho de reforço escolar apareceram em 2006. Vale ressaltar que o que caracterizava o funcionamento dos LAs em cada unidade escolar era, e ainda é, a demanda de estudantes que se encontram com dificuldades de aprendizado e a possibilidade de atendimento da escola. Outra característica das escolas que possuem LA é o vínculo com o PDE Escola e, conseqüentemente, o Programa do Governo Federal “Mais Educação”, pois as escolas que possuem baixo IDEB entram no PDE Escola e elaboram seus planos de intervenção e posteriormente, são oferecidas a estas instituições o PME que visa ampliar as propostas da escola e a permanência do aluno na escola.

Em 2006, a Rede Municipal de Ensino de Juiz de Fora já possuía uma formação para os profissionais que atuavam com o reforço escolar, o qual gradativamente, foi dando lugar ao Laboratório de Aprendizagem até o ano de 2008. Em 2009, a Rede contava, nesse ano, com registros mais completos. O laboratório de aprendizagem estava presente em mais da metade das escolas da rede. Esse quantitativo foi ampliado para 124 LAs no ano de 2010, distribuídos em 67 escolas com 5.208 estudantes atendidos, sem contar aquelas escolas que não forneceram os dados à secretaria. Em 2013, em um total de 44.878 alunos, em 101 escolas, das quais 71 possuem LA e algumas instituições contam com mais de um LA, o que totaliza 164 com um quantitativo de 3.934 alunos no extra turno e 861 no intra turno em uma média de dois a cinco dias na semana. A tabela 1, a seguir, mostra a evolução do LA na rede.

TABELA 1: EVOLUÇÃO DO LA NA REDE MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA

TABELA DE EVOLUÇÃO DO LA NA DA REDE MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA					
Ano	Nº de escolas	Nº de escolas atendidas	Nº de alunos	Nº de alunos atendidos	Nº de Laboratórios de Aprendizagem
2009	100	55	50.359	4.258	112
2010	100	67	48.475	5.208	124
2013	101	71	44.878	4.795	164

Fonte: Adaptado pelo autor a partir de documentos da SE/JF.

Segundo informações da SE, as famílias estão tendo menos filhos, por isso é possível perceber que houve redução do número de alunos na Rede Municipal de Ensino como um todo. Porém o trabalho com os LAs teve um crescimento de 46%, de 2009 para 2013, no número de LAs, e um decréscimo de 9% no número de alunos atendidos. Não foram encontrados registros de análise do decréscimo de alunos nos LAs, mas acredita-se que isso se deve à organização dos Laboratórios que tiveram a quantidade ampliada de dias e o número de alunos por turma reduzido para melhorar o atendimento aos estudantes. Segundo Santiago (2013, p.37):

Os LAs foram criados para oferecer oportunidade de aprendizagem para todos os estudantes identificados como aqueles que enfrentam barreiras à aprendizagem, buscando superar a cultura do fracasso escolar que legitima determinadas práticas escolares que excluem e naturalizam preconceitos de raça, de gênero, de classe, entre outros.

O Laboratório de Aprendizagem é implementado na tentativa, portanto, de promover melhores resultados no ensino-aprendizagem dos alunos que apresentam dificuldades. Para isso, tornam-se fundamentais o engajamento e a comunicação entre os profissionais que atendem a esses alunos com professores, e que trabalham com as turmas desses estudantes em outro turno, articulando, assim, um trabalho eficiente para que não se reproduzam práticas excludentes em nenhum dos espaços escolares.

1.3 A Escola Municipal Prof^a Eunice Alves Vieira

A escola em estudo foi fundada sob a Portaria do C.M.E. nº 68/03, de 23 de dezembro de 2003, homologando a fusão de duas escolas. Conjuntamente ficou definida a mudança do nome da Caixa Escolar de uma das escolas para Caixa Escolar da Escola Municipal EMPEAV.

A Escola atende a 5 bairros da região Norte de Juiz de Fora. Uma das escolas funcionava num prédio em área militar, em um dos bairros, até o ano de 2002. Nas décadas de 1950 e 1960, a comunidade teve seu apogeu, com uma população composta por Militares e trabalhadores de uma empresa estatal. Na

década de 1960, a escola contava com cerca de 200 alunos. Com o passar dos anos, a estatal e o Exército transferiram seus interesses para outras comunidades e a população foi diminuindo gradativamente. No final da década de 1990, a escola contava no seu efetivo com somente 25 alunos.

Foi também na década de 1990 que surgiu uma Comunidade a partir de um assentamento da Prefeitura de Juiz de Fora, para abrigar famílias de áreas de risco e de invasões de outras partes da cidade. Como não havia espaço para a construção de uma escola no bairro, foi definido, através de um acordo entre comunidade e Prefeitura, que os alunos seriam atendidos em uma das pequenas escolas, a mais próxima, com a promessa de que seria construída, no futuro, uma escola que atendesse à Comunidade.

Uma das escolas de origem funcionava primeiramente em um pequeno prédio em um dos bairros. Anos depois, o prédio foi desativado e a escola transferida para outro bairro vizinho. Esse prédio também funcionou em caráter provisório, pois fora construído com a finalidade de ser escritório de uma construtora dos prédios da antiga COHAB (Conjunto Habitacional). Com a construção de um novo prédio, as comunidades das duas escolas foram atendidas com prioridade para a Educação Infantil até o 5º ano do Ensino Fundamental.

Registrou-se, ainda, a tentativa de ampliação da escola rumo ao segundo segmento do Ensino Fundamental, logo no início de sua inauguração, incluindo gradativamente o 6º ano, em 2008, implementação esta que não seguiu à frente, tendo-se em vista a quantidade insuficiente de alunos no ano seguinte e a crescente demanda de alunos de Educação Infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental. No ano de início do LA na EMPEAV, 2010, a escola possuía 332 alunos, 36 professores, 2 coordenadoras, 2 secretárias, sendo uma com restrições funcionais, 5 funcionários de serviços gerais, duas cozinheiras e um diretor.

Atualmente a escola possui 398 alunos, 40 professores, sendo um para coordenar os projetos do LA, 6 funcionários de serviços gerais e 2 cozinheiras, uma ajudante de cozinha, 2 secretárias, 2 coordenadoras, e um diretor. A infraestrutura da escola é boa, porém, devido a novas demandas, já perdeu alguns espaços como sala de coordenação, almoxarifado, sendo que a brinquedoteca foi dividida com divisórias de madeira para abrigar sala de música, assim como a biblioteca para abrigar sala de vídeo.

As salas possuem mobiliário para a Educação Infantil, mas a cada troca de turno as mesas e carteiras são removidas e trocadas por outras de Ensino Fundamental, por este motivo coloco na tabela 2 que não existem salas adequadas à Educação Infantil. O prédio está dividido de acordo com a tabela 2:

TABELA 2: REDE FÍSICA DA EMPEAV

Rede Física			
Dependências	Prédio Quantidade	Dependências	Prédio Quantidade
Salas de Aula	10	Banheiros para alunos	4
Biblioteca	1	Parque	1
Sala de Vídeo	1	Brinquedoteca	1
Sala de direção	1	Secretaria	1
Sala de música	1	Sala de professores	1
Laboratório de Informática	1	Sala de AEE	1
Pátio interno	1	Dispensa	1
Quadra Coberta	1	Cozinha	1
Sala adeq. p/ Ed. Inf. e 1º Ano	0	Refeitório	1
Sala Multifuncional	1		
Banheiros para professores	1		

Fonte: Adaptado pelo autor a partir de documentos da Escola Profª Eunice Alves Vieira, 2013.

Atualmente, a escola funciona em três turnos regulares como mostra o quadro 1:

QUADRO 1: FUNCIONAMENTO POR TURNO DA EMPEAV.

Turnos	Horário	Turmas atendidas	Nº de turmas
1º	7h às 11h	2º ao 5º	9
2º	9h às 17h	4º	1
3º	11h às 15h	jornada ampliada	4
4º	13h às 17h	creche 3 anos ao 1º ano	9

Fonte: adaptado pelo autor do quadro de horários da escola

O quadro mostra o funcionamento da escola nos turnos. Ressalto que existe um intervalo de 20 minutos para merenda e recreio. O quarto turno atende a alunos de Educação Infantil ao 1º ano do Ensino Fundamental; nos turnos intermediários, acontece a extensão do tempo de permanência dos estudantes, em atendimento a alunos do projeto “Jornada Ampliada”, no qual está inserido o Laboratório de Aprendizagem.

No primeiro turno, os alunos frequentam aulas regulares, a partir de 11 horas, com uma hora de descanso e Laboratório de Aprendizagem, sendo apenas uma turma do 4º ano funcionando de 9h às 17h, esta turma em particular tem suas aulas regulares no terceiro turno. O quadro 2 ilustra a ampliação do tempo e do número de alunos:

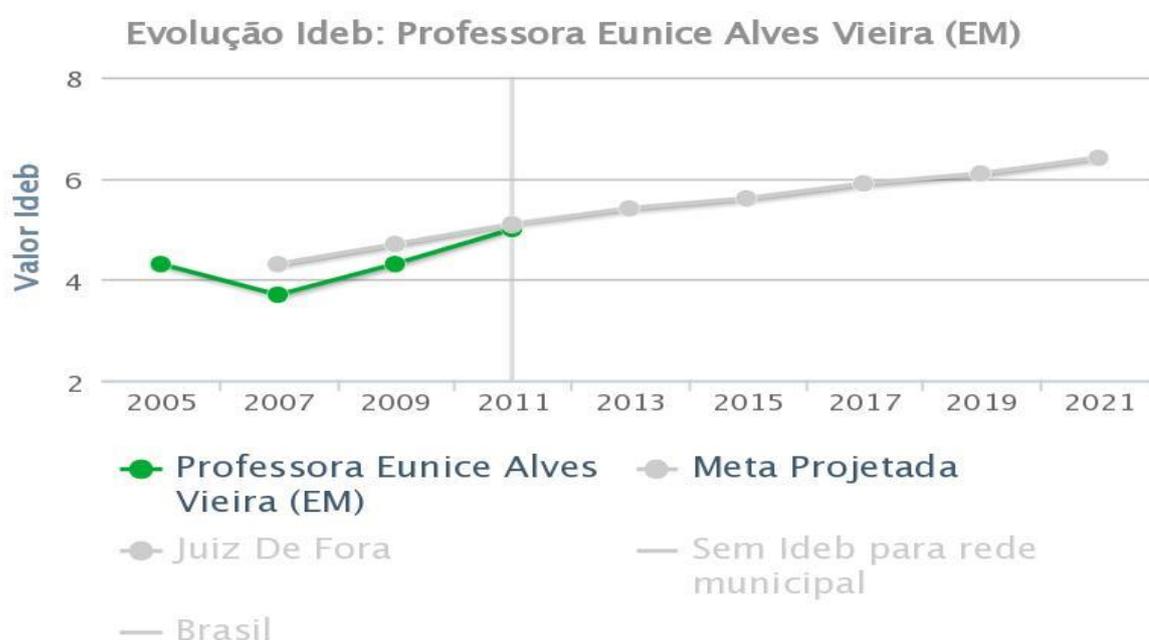
QUADRO 2: HORÁRIOS DE ATENDIMENTOS DA JORNADA AMPLIADA

Quadro de horários da jornada ampliada				
Turno	Hora de início	Hora de término	Oficinas 1 h de duração	Nº de alunos atendidos
1º	9	17	xxxxxxxx	25
2º	11	15	11h às 12h	30 + 60*
* 60 alunos são das oficinas com 1 hora de duração				

Fonte: adaptado pelo autor do quadro de horários da escola.

Para atender a um número maior de alunos, foi organizado um horário diferenciado para alguns alunos do quarto ano, como mostra o quadro anterior. Os alunos chegam à escola, às 9 horas, permanecendo até as 17 horas com horários para alimentação e descanso. A escola possui 55 alunos com permanência de 8 horas e outros 60 alunos que participam de oficinas de teatro, percussão, grafitti e música. Tais oficinas são opcionais para estudantes que não participam da jornada ampliada, nas quais os estudantes permanecem na instituição, das 11 horas às 12 horas.

O gráfico 1, mostra a evolução da escola no IDEB de 2005 à 2011.

GRÁFICO 1: EVOLUÇÃO DO IDEB DA EMPEAV

Fonte: Ideb 2011 - INEP
portalideb.com.br

Como mostra o gráfico 1, a EMPEAV teve um decréscimo no índice do IDEB de 2005 para 2007, que fez com que se repensasse o trabalho docente e o acompanhamento do aluno com maior critério pedagógico. Com a elaboração do PDE Escola, a instituição descortinou seus problemas que na ocasião eram as disciplinas de Português e Matemática. Comparando-se com a situação da Rede Municipal, a escola ainda está abaixo do índice esperado, mas vem apresentando crescimento considerável. A partir de 2007, com o baixo índice, começou-se a pensar em estratégias que pudessem contribuir com a melhora do rendimento dos alunos nessas disciplinas e conseqüentemente nas demais.

1.4 O Laboratório de Aprendizagem na Escola Municipal Prof^a Eunice Alves Vieira

Em 2009/2010 havia na escola aulas de “reforço escolar”, porém o funcionamento não estava dando resultados, já que os alunos precisavam ir para casa e depois retornar às aulas, mas poucos alunos regressavam, ocasionando perda de tempo e trabalho. A equipe gestora já se preocupava em melhorar a organização das aulas de “reforço” da escola, para ampliar e concretizar o atendimento aos alunos com dificuldades de aprendizagem, porém esbarrava em situações de legislação e burocráticas que a impediavam de avançar, e a principal questão que se apresentava era a falta de pessoal, tanto administrativo como pedagógico, para o auxílio ao trabalho que seria desenvolvido.³

1.4.1 Breve histórico da implementação do LA da EMPEAV

Com o resultado do IDEB de 2007, a EMPEAV foi incluída no PDE Escola, que é um programa do governo federal criado para apoiar a gestão escolar com base no planejamento participativo, tendo como objetivo auxiliar as escolas públicas a melhorarem a sua gestão. Inicialmente, o PDE foi criado para atender a regiões que apresentavam baixo IDH (Índice de Desenvolvimento Humano), em escolas prioritárias de ensino fundamental localizadas nas “Zonas de Atendimento Prioritário”, das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Em 2006, com o resultado do primeiro IDEB, o MEC estendeu o atendimento às escolas de acordo com os índices do IDEB abaixo, ou igual à média nacional, para as quais se repassam recursos financeiros visando a apoiar a execução de todo ou de parte do seu planejamento. Sendo o PDE um instrumento valioso, que auxilia a gestão escolar, a partir de 2012 foi apresentado o PDE interativo, que disponibiliza o instrumento para qualquer instituição escolar pública que deseje realizar o fortalecimento de sua gestão, independente de recursos financeiros.

³ Com um índice abaixo do esperado, a escola foi incluída no PDE Escola e, conseqüentemente, no Programa Mais Educação, ambos do governo Federal, os quais, por atraso do PDE Escola, foram efetivados concomitantemente e serão tratados no tópicos seguintes.

No biênio 2009/2010, a escola já se organizava para a aplicação das ações do PDE Escola e tinha executado algumas dessas ações que não dependiam de recursos financeiros, pois houve um atraso no levantamento de dados, o que conseqüentemente adiou a implementação do PDE no final de 2008 e início de 2009. Na escola, o programa veio a contribuir para o início de um aumento do tempo do aluno, na intenção de oferecer melhores condições de aprendizagem. A tabela 3 apresenta os índices de reprovação da EMPEAV em 2008, ano de estudo para a elaboração do PDE.

TABELA 3: TAXA DE REPROVAÇÃO DA EMPEAV

Taxa de Reprovação ano 2008					
Ano de escolaridade					
Disciplina	1º	2º	3º	4º	5º
Português	0%	32%	27%	65%	30%
Matemática	0%	32%	27%	71%	30%

Fonte: Adaptada pelo autor de documentos da EMPEAV

Pode-se perceber que a taxa de reprovação da escola, no ano de 2008, quando foram feitos levantamentos de dados para o PDE, foi bastante elevada, com destaque para o 2º ano com 32% e o 4º ano com 65%, em Língua Portuguesa. Em Matemática, a taxa ficou ainda maior no 4º ano e atingiu 71%.

Com base nessas taxas, foi construído um plano de ação para o PDE para amenizar a reprovação. A estratégia era diminuir essas taxas nas disciplinas e séries críticas, com o objetivo de elevar o desempenho acadêmico dos alunos. A princípio, foram realizadas reuniões para levantamento das prováveis causas da reprovação do 2º ano, em Língua Portuguesa, e foram elaboradas “fichas de mediação de conteúdos” para articular os diversos componentes curriculares com o Laboratório de Aprendizagem. Definiram-se momentos, nas reuniões pedagógicas mensais, direcionados à troca de experiências das práticas educativas e planejamento dos conteúdos a serem trabalhados em sala. Foram direcionadas, também, as intervenções pedagógicas a serem realizadas com os alunos que possuíam baixo desempenho, a partir dos conselhos de classe e reuniões pedagógicas.

Ainda, foi proposta a realização de reuniões mensais para planejamento e avaliação da recuperação paralela de acordo com as necessidades da turma, com os responsáveis pelos alunos com baixo desempenho, a fim de se fazer um levantamento das prováveis causas da reprovação do 4º ano, em Matemática, e para a avaliação dos resultados obtidos.

Foram elaboradas novas atividades no laboratório de informática através de situações-problema que desenvolviam as habilidades Matemáticas – uma ficha de especificação dos conteúdos trabalhados em cada período, a partir dos registros dos diários de turma, tendo como objetivo fazer a articulação entre um ano letivo e outro. Além disso, professores e coordenadores pedagógicos foram incentivados a participar do programa de formação continuada.

Os recursos financeiros só chegaram no final do ano de 2010, juntamente com recursos do Programa Mais Educação, que tratarei mais à frente. Este programa propõe diretamente o aumento do tempo do aluno na escola. Assim, pude realizar outras ações do PDE para dar continuidade ao trabalho. A minha chegada, inicialmente como técnico da SE e em um curto prazo como gestor da escola, o que explico melhor no item 1.4.3, concomitante aos dois recursos, financeiros e pedagógicos, tanto do Mais Educação quanto do PDE Escola, obrigou-me como gestor, a uma reorganização do tempo e espaço da escola como um todo. Foi inicialmente uma desorganização, para, em seguida, organizar desde a parte administrativa, passando por horários de professores efetivos e merenda escolar, à modificação da rotina e horário dos pequenos estudantes e de suas famílias. A dinâmica da escola foi completamente alterada.

Visando a assegurar o direito de aprender a todos os seus alunos, organizou-se o Laboratório de Aprendizagem (LA), espaço destinado a um atendimento diferenciado àqueles que apresentam dificuldades de aprendizagem. O tempo destinado é fora do turno em que o aluno estuda, havendo um investimento intenso por parte de todos os profissionais da escola, para que os alunos valorizem e participem do L.A.

Os atendimentos do Laboratório de Aprendizagem acontecem em pequenos grupos e, em alguns casos, até individualmente. As professoras trabalham com turmas de, no máximo, dez alunos em salas improvisadas, sendo estes atendidos em uma sala de vídeo, criada a partir de uma divisão da biblioteca. Na biblioteca, os alunos ficam em uma pequena sala que antes era a da coordenação, ou ficam na

sala de informática, quando não está sendo usada, ou na de música, que foi dividida em dois ambientes, mas que atende às necessidades e à demanda de atividades realizadas com materiais alternativos, jogos, leitura e escrita.

Dessa forma, os profissionais têm a oportunidade de realizar uma investigação acerca das possíveis causas do insucesso escolar dos alunos, criando estratégias diferenciadas para que os mesmos possam superá-las. Porém, com todos esses espaços ocupados, os alunos e professores do turno da tarde ficam um pouco prejudicados, pois diminuem os horários disponíveis para o uso desses ambientes, principalmente da biblioteca e sala de vídeo.

As investigações realizadas ao longo dos atendimentos mostram que muitas das dificuldades dos alunos não se encerram em fatores cognitivos, mas persistem dentro de um quadro socioeconômico bastante frágil. Portanto, é necessário aqui realçar a complexidade deste trabalho, já que, mesmo com todo o esforço em criar oportunidades de acesso ao conhecimento por estratégias diversas, muitas vezes os responsáveis diretos pelo processo de ensino-aprendizagem se confrontam com situações que requerem uma assistência que extrapola a competência da escola, que está localizada em uma região com baixo índice socioeconômico.

Desde que comecei o trabalho e a consulta às famílias, percebi que a comunidade estava desprovida de assistência social e posto de saúde. No caso de alunos com necessidades especiais, a SE oferece o Núcleo Especializado de Atendimento à Criança Especial (NEACE), e a região norte, na qual a escola está inserida, é a única que não possui o núcleo. A escolaridade dos responsáveis, em sua maioria, é baixa e muitos alunos já venceram etapas escolares que seus responsáveis não tiveram oportunidade de concluir.

O trabalho desenvolvido pela EMPEAV instituição escolar dá grande ênfase à construção de uma educação que seja um instrumento de inclusão social, capaz de contribuir para a promoção dos direitos de cidadania das crianças atendidas. Os profissionais da escola têm flexibilizado bastante os critérios de reprovação dos seus alunos, tendo em vista que se encontram pautados por uma concepção de avaliação que prioriza o processo de aprendizagem de cada um, respeitando seu tempo e desenvolvimento. Os alunos que se encontram com defasagem na aprendizagem possuem particularidades e dificuldades que são, na maioria das vezes, vencidas. O crescimento cognitivo do aluno nem sempre está diretamente relacionado ao nível correto de seu ano de estudo, mas esse crescimento se torna visível e muito

gratificante, tanto para o aluno quanto para os profissionais que o acompanham. Os professores entendem que, com tempo a mais de permanência, os estudantes se aproximarão cada vez mais do nível de aprendizagem pretendido.

O monitoramento dos trabalhos desenvolvidos no LA é feito através da participação dos professores na formação oferecida pela SE, pelos portfólios construídos pelas professoras e pelas avaliações diagnósticas realizadas no início e término de cada semestre.

Em 2010, iniciou-se uma nova experiência com o objetivo de reforçar o processo de aprendizagem dos alunos dos 3º, 4º e 5º anos, denominada *Jornada Ampliada*, na qual está incluído o LA, no período de 11 às 14 horas, quatro vezes na semana, atendendo, entre laboratório de aprendizagem e oficinas com aulas especializadas, a um total de 100 alunos. No ano seguinte, o horário funcionou da mesma forma, porém com mais um dia na semana. Em 2012, o período de atendimento foi ampliado em uma hora diária, ficando de 11 às 15 horas, todos os dias da semana, atendendo a 60 alunos em tempo integral e totalizando 100 estudantes, que participam das aulas especializadas para alunos que não permanecem na escola, mas voltam para participar das atividades.

A distribuição das aulas durante a semana foi organizada visando a uma maior participação dos alunos, já que estes devem retornar à escola no horário inverso ao das suas aulas regulares. Procurou-se, ainda, utilizar como critérios para a distribuição dos alunos nos grupos a facilidade de poderem estar presentes naquele dia e horário.

A espera pela chegada dos recursos pedagógicos e financeiros, no período de 2009-2010, foi um entrave, pois tive que reorganizar tudo com o ano letivo em andamento, o que dificultou bastante. Havia muitas coisas que foram estabelecidas no ano anterior ou no início do ano corrente, muitos profissionais com horários organizados em outras instituições e alguns alunos e responsáveis com sua rotina organizada de acordo com a da escola. Construir um horário para atendimento dos alunos, em tempo integral e com pouco recurso, tanto de pessoal quanto financeiro, é bastante complicado.

O programa Mais Educação oferece o auxílio de agentes culturais chamados de monitores conforme a Lei nº. 9.608/1998, que dispõe sobre o serviço voluntário. Conseguir pessoas que tenham perfil para o trabalho com alunos, em alguns casos, de idades diferentes e nível de aprendizado diferente, não é muito fácil.

Como o trabalho tem origem voluntária e o pagamento corresponde a R\$ 60,00 (sessenta reais) por aula semanal, totalizando quatro mensais, não chama muito a atenção dos poucos pretendentes que aparecem. Houve dificuldade de envolver todos da escola, pois os profissionais não acreditavam muito, uma vez que os alunos e suas famílias não valorizavam a escola como deveriam. Os espaços que antes eram livres para o uso de todos, em horários bastante diversificados e disponíveis a maior parte do tempo, seriam ocupados e os horários ficariam restritos, o que traria alunos de idades muito diferentes, pois à tarde a escola atende à Educação Infantil. Houve, assim, um pouco de receio nos profissionais que atuam com esse segmento, já que aumentaria a quantidade de vezes e o volume de merenda servido, o que no momento era complicado, pois a escola não possuía ajudante de cozinha. Também aumentaria a demanda de limpeza das salas que seriam utilizadas pelas turmas e não haveria funcionários de serviços gerais suficientes a toda limpeza necessária, gerando desconforto tanto na cozinha quanto nos serviços gerais.

As famílias não estavam acostumadas a ver suas crianças por tanto tempo na escola, o que causou desconfiança em como seria a organização da escola para atender a todos. Os responsáveis pensavam que seria tempo demais de estudo e que isto causaria um esgotamento e maior pressão psicológica nos estudantes. Algumas famílias contavam com seus filhos para ajudar a cuidar da casa e/ou de irmãos mais novos, ou, ainda, não teriam como buscá-los no novo horário de saída. Portanto, convencer os responsáveis e, principalmente, os alunos, da necessidade de permanecerem na escola por um tempo a mais, a fim de avançar em seus estudos e conseguir vencer etapas que foram deixadas para trás, foi um trabalho de grande desafio.

Na tentativa de amenizar as preocupações, tanto dos professores do contraturno quanto dos demais, foram feitas reuniões e reformulação dos horários de uso das salas de biblioteca, vídeo e brinquedoteca. Para os serviços gerais, provisoriamente, criou-se uma nova escala de trabalho e foi solicitado à Secretaria de Educação mais um funcionário; o mesmo aconteceu para a cozinha. Em relação às famílias, a escola organizou reuniões para melhorar o entendimento acerca do trabalho que seria realizado com os estudantes. Foi necessário convencê-las da importância de se reforçar o ensino dos alunos que se encontravam em defasagem de aprendizado, mostrando um pouco do que seria feito, e solicitando-lhes que

dessem um tempo à adaptação de todos. Esse tempo foi fundamental no convencimento das famílias, que, em um período curto, passaram a apoiar a nova organização.

A falta de profissional para atuar com os alunos na hora do almoço foi um dos principais problemas enfrentados. Nos dois primeiros anos, os professores de Educação Física, que tinham uma aula extra, cada, contribuía com dois dias na semana, permanecendo na escola nesse horário. Os outros dias ficavam por conta do próprio gestor. Somente em meados do ano de 2012 a Secretaria de Educação atendeu ao antigo pedido e enviou um profissional para o horário do almoço. A partir daí, consegui me organizar e, junto com o professor, que recebeu o nome de coordenador do turno intermediário, havia para cada dia uma atividade diferente, além da refeição propriamente dita.

A infrequência foi motivada por descuido dos responsáveis, falta de interesse dos mesmos e dos alunos, problemas familiares, ou simplesmente a dificuldade de cumprir horários e compromissos. Infrequência essa ocorrida, tanto nas aulas do turno quanto na permanência no contraturno, o que dificultou o trabalho dos professores que acompanham alunos em seus horários obrigatórios, e daqueles que trabalham no turno posterior ou anterior. Os responsáveis têm dificuldades de entender e cumprir o horário de atendimento dos alunos. Sempre que os professores comunicam a infrequência de algum aluno, a presença dos responsáveis é solicitada, imediatamente, na intenção de haver uma justificativa e/ou o retorno do estudante às aulas.

O critério de escolha dos profissionais e dos alunos que participam do programa é de responsabilidade da escola. De acordo com o documento *Passo a Passo*:

Considera-se o objetivo de diminuir as desigualdades educacionais por meio da jornada escolar. Recomenda-se adotar como critérios para definição do público, os seguintes indicadores:

- estudantes em defasagem série/idade;
- estudantes das séries finais da 1ª fase do ensino fundamental (4º / 5º anos), nas quais há uma maior evasão na transição para a 2ª fase;
- estudantes das séries finais da 2ª fase do ensino fundamental (8º e/ou 9º anos), nas quais há um alto índice de abandono;
- estudantes de séries onde são detectados índices de evasão e/ou repetência (BRASIL, MEC, s/d, p. 11).

Os critérios para definir o grupo que participaria das atividades na escola foram os citados, anteriormente, além de incluir os alunos que apresentavam dificuldades na aprendizagem. Muitas vezes, os responsáveis pelos cuidados dos alunos que não se enquadram nos critérios me procuram para pedir que sejam incluídos no projeto. São muitos os pedidos e procuro sempre conscientizá-los da realidade que tenho e da função principal do projeto, mesmo assim muitos acham que não estão sendo atendidos como deveriam e sempre procuram saber se surgiu alguma vaga para que o estudante seja atendido.

A quantidade de vagas ofertadas de acordo com a inscrição no programa não estava de acordo com a realidade da escola, assim como a organização do espaço escolar, que não atende às necessidades da instituição, o que causa um transtorno no horário e para a acomodação dos alunos.

Percebi, ainda, que a ampliação do horário de funcionamento da escola e a movimentação de alunos e professores ocasionaram um aumento de utilização de espaços e materiais. Acompanhar todos os detalhes dessa movimentação se torna muito difícil, pois a escola não tem profissionais suficientes para todo o processo. Organizar alunos e professores diariamente e, principalmente, monitorar e dar apoio ao trabalho realizado com esses alunos nem sempre é possível.

O papel do Gestor escolar é fundamental na articulação e compartilhamento de resultados e informações para os professores e comunidade, para que se tenha a participação de todos no estudo e conhecimento da Educação em Tempo Integral, na busca, assim, de melhores resultados no ensino-aprendizagem. Porém, a escola possui apenas um cargo de Diretor, não possui vice-direção e coordenação específica, bem como para o acompanhamento de todas as atividades realizadas no projeto. O empenho da equipe diretiva e dos professores que ali atuam é visível, mas ainda tenho que melhorar em alguns quesitos, para conseguir dar maior suporte ao trabalho como um todo. Por isso, a importância de pesquisar qual foi a real contribuição que o Laboratório de Aprendizagem, junto ao programa Mais Educação, teve no ensino-aprendizagem de professores e estudantes.

1.4.2 Conexão com o Programa Mais Educação

O programa Mais Educação foi criado para aumentar o tempo do aluno na escola. De acordo com o documento Mais Educação *Passo a Passo* do MEC:

O Programa Mais Educação foi instituído pela Portaria Interministerial n.º 17/2007 e integra as ações do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), como uma estratégia do Governo Federal para induzir a ampliação da jornada escolar e a organização curricular, na perspectiva da Educação Integral.

Trata-se da construção de uma ação intersetorial entre as políticas públicas educacionais e sociais, contribuindo, desse modo, tanto para a diminuição das desigualdades educacionais, quanto para a valorização da diversidade cultural brasileira. Por isso coloca em diálogo as ações empreendidas pelos Ministérios da Educação – MEC, da Cultura – MINC, do Esporte – ME, do Meio Ambiente – MMA, do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS, da Ciência e da Tecnologia – MCT e, também da Secretaria Nacional de Juventude e da Assessoria Especial da Presidência da República, essa última por meio do Programa Escolas-Irmãs, passando a contar com o apoio do Ministério da Defesa, na possibilidade de expansão dos fundamentos de educação pública.

Essa estratégia promove a ampliação de tempos, espaços, oportunidades educativas e o compartilhamento da tarefa de educar entre os profissionais da educação e de outras áreas, as famílias e diferentes atores sociais, sob a coordenação da escola e dos professores. Isso porque a Educação Integral, associada ao processo de escolarização, pressupõe a aprendizagem conectada à vida e ao universo de interesse e de possibilidades das crianças, adolescentes e jovens. (BRASIL, MEC, s/d, p. 5).

A portaria n.º. 17 considera documentos como: a LDB, Estatuto da Criança e do Adolescente, a Política Nacional de Assistência Social e Constituição Federal, o que proporciona ao documento ampla abrangência em sua função. De acordo com o capítulo I da portaria:

Art. 1º instituir o Programa Mais Educação, com o objetivo de contribuir para a formação integral de crianças, adolescentes e jovens, por meio da articulação de ações, de projetos e de programas do Governo Federal e suas contribuições às propostas, visões e práticas curriculares das redes públicas de ensino e das escolas, alterando o ambiente escolar e ampliando a oferta de saberes, métodos, processos e conteúdos educativos. (BRASIL, MEC, 2007, p.2).

O objetivo do programa é claro e define sua implementação para as redes públicas de educação, incentivando o aumento do tempo do aluno na escola ou em outros espaços sócio-culturais, como mostra o parágrafo único do programa:

Parágrafo único. O programa será implementado por meio do apoio à realização, em escolas e outros espaços sócio-culturais, de ações sócio-educativas no contraturno escolar, incluindo os campos da

educação, artes, cultura, esporte, lazer, mobilizando-os para a melhoria do desempenho educacional, ao cultivo de relações entre professores, alunos e suas comunidades, à garantia da proteção social da assistência social e à formação para a cidadania, incluindo perspectivas temáticas dos direitos humanos, consciência ambiental, novas tecnologias, comunicação social, saúde e consciência corporal, segurança alimentar e nutricional, convivência e democracia, compartilhamento comunitário e dinâmicas de redes. (BRASIL, MEC, 2007, p.2).

É possível notar que as ações acontecem no contraturno, demonstrando que o programa dá oportunidades ao aluno de participar de atividades que antes não lhe eram oferecidas. Pretende-se com essa iniciativa manter o estudante por mais tempo na escola, proporcionando vivências que a médio e longo prazo farão muita diferença em sua trajetória estudantil. O programa direciona a escola para uma reorganização de seu tempo e espaço, com o intuito de melhorar o atendimento aos alunos. Essa iniciativa nem sempre é simples, pois reorganizar espaços de escolas que não possuem uma infraestrutura completa, obriga as instituições a buscarem outros ambientes da comunidade que possam ser utilizados para o funcionamento das atividades.

Consta do documento *Passo a Passo* que o atendimento do Mais Educação é prioritário para escolas com baixo IDEB ou em comunidades em vulnerabilidade social. Assim, na Rede Municipal de Juiz de Fora, foram contempladas as escolas que apresentavam baixo IDEB, as quais participam também do Programa PDE Escola do MEC. O Mais Educação só chegou às escolas ao final de 2010 e se efetivou em 2011. A Secretaria de Educação procura dar suporte às escolas e aproveitar projetos que cada uma possui. Estes, na maioria das vezes, foram ampliados e outros foram criados para novas modalidades que o programa sugere.

Ainda, de acordo com o documento *Passo a Passo*:

O Programa Mais Educação é operacionalizado pela Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD), em parceria com a Secretaria de Educação Básica (SEB), por meio do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para as escolas e regiões prioritárias. As atividades fomentadas foram organizadas em macrocampos de: Acompanhamento Pedagógico; Meio Ambiente; Esporte e Lazer; Direitos Humanos em Educação; Cultura e Artes;

Inclusão Digital; Prevenção e Promoção da Saúde; Educomunicação; Educação Científica; Educação Econômica e Cidadania. (BRASIL, MEC, s/d, p. 5) (grifo do autor)

No caso da escola que estudei, foram selecionados os macrocampos, Acompanhamento Pedagógico, Esporte e Lazer, Cultura e Artes. No primeiro, trabalhei com aulas de Laboratório de Aprendizagem de Português e Matemática. No Esporte e Lazer, o futsal. E, no último, aulas de musicalização e teatro/contação de histórias. Apesar da separação, o projeto da escola intitulado *Jornada Ampliada* tem como Laboratório de Aprendizagem todo o conjunto de atividades oferecidas por cada macrocampo, objetivando vivências, reflexões e aprendizado coletivo.

Os macrocampos foram escolhidos na plataforma do MEC de acesso ao Programa. De acordo com os dados do PDE Escola, os alunos estavam com uma defasagem em Língua Portuguesa e Matemática, e as ações previam um acompanhamento para alunos com dificuldades de aprendizagem e nas disciplinas citadas. O futsal foi selecionado porque os alunos gostam muito desse tipo de atividade esportiva. Sendo certo que a participação dos mesmos seria efetiva e produtiva. A escola já possuía aulas de musicalização e teatro, e essas oficinas já eram de grande interesse dos estudantes. Para melhor atender aos alunos, as aulas foram ampliadas.

Vale destacar, ainda, como cita o documento, o Mais Educação tem parceria com o Programa Dinheiro Direto na Escola PDDE, que direciona recursos de capital e custeio especialmente para o atendimento dos alunos participantes do projeto.

1.4.3 Da implementação à prática

O projeto intitulado *Jornada Ampliada* foi acrescentado ao PPP da escola, em reuniões com o grupo de docentes, coordenadoras e direção da escola, no final do ano de 2010, explicando que nesse ano iniciou-se uma nova experiência com o objetivo de reforçar o processo de aprendizagem dos alunos dos 3º, 4º e 5º anos, no período de 11 horas às 15 horas. Na ocasião, a escola possuía o seguinte público atendido:

TABELA 4: ENSINO REGULAR

SÉRIE/PERÍODO	NÚMERO DE TURMAS	NÚMERO DE ALUNOS
CRECHE	1	17
1º PERÍODO	2	46
2º PERÍODO	3	59
1º ANO	3	75
2º ANO	1	25
3º ANO	2	45
4º ANO	2	40
5º ANO	2	35
TOTAL		342

Fonte: Projeto Político Pedagógico da EMPEAV.

A tabela mostra a quantidade de alunos que a EMPEAV possuía no ano de 2010. No caso da creche três anos, a escola só pode atender se não houver demanda de alunos para os outros anos de escolaridade, sendo que a SE estipula o mínimo de quinze e máximo de dezoito alunos por turma nesta fase da Educação Infantil, somente neste ano houve atendimento para essa faixa etária.

A tabela 5, mostra as oficinas e projetos intra e extracurriculares.

TABELA 5: OFICINAS E PROJETOS EXTRA-CURRICULARES

NOME DO PROJETO	Nº DE ALUNOS ATENDIDOS INTRACURRICULAR	Nº DE ALUNOS ATENDIDOS EXTRACURRICULAR
------------------------	---	---

Laboratório de Aprendizagem	0	16
Jornada Ampliada	0	36
Musicalização/Flauta e Coral	222	20
Laboratório de Informática	220	40
Contaçon de História	220	56
TOTAL	662	168

Fonte: Projeto Político Pedagógico da EMPEAV

Conforme mostra a tabela a cima, a escola possui projetos que atende à projetos intra e extracurriculares. Alguns alunos participam do Laboratório de Informática intracurricular e concomitantemente extracurricular. Os 42 alunos que participam da Jornada Ampliada e do LA participam de todas as oficinas extracurricular e as oficinas de Contaçon de História, Muzicalização e Informática alguns alunos além de participarem intracurricular, participam também no horário de 11h às 12h por adesão.

Cientes da presença da diversidade cultural, os profissionais da escola vivem uma tensão permanente entre reconhecer e garantir a expressão dessa diversidade e toda gama de conhecimentos inerentes a ela. No contexto de uma sociedade marcada pela desigualdade social, essa tensão se faz presente porque muitas das nossas crianças ainda têm, cotidianamente, negados seus direitos de cidadania.

Dessa forma, é inegável que a expressão dessa desigualdade se reflita na diversidade de ritmos de aprendizagem, o que se transforma em desafio que gera conflitos diários, sendo um deles a organização do tempo e do espaço escolar. Sabendo-se disso, bem como da particularidade de um percurso que é próprio de cada indivíduo, e ao mesmo tempo da busca constante de garantir o aprendizado mínimo, ao final de cada período de escolaridade, os educadores acabam sendo mais desafiados.

Consta no documento do PPP a pergunta:

Como conciliar as peculiaridades dos percursos de aprendizagem de alguns alunos que não aprendem o que julgamos básico, principalmente no tocante a aprendizagem da leitura e da escrita, com a emergência do tempo escolar? (PPP, 2010, p.11)

Objetivando diferenciar os critérios de continuidade de alguns alunos, procurei flexibilizar percursos de aprendizagens organizando o tempo na escola, oferecendo aos estudantes aulas diferenciadas em projetos extracurriculares, estratégias e experiências educativas para todos e cada um dos alunos e alunas. O documento afirma que:

Alguns espaços de aprendizagens na escola vêm concretizando este trabalho pedagógico diferenciado,[...] Tais espaços de aprendizagem estão perpassados pela concepção de aprendizagem como uma construção social e coletiva.

Contação de História: momento destinado à narração de histórias na Educação Infantil e no Ensino Fundamental, através da criação de um espaço lúdico de contato com o universo literário. Acontece na biblioteca e também na brinquedoteca com a participação dos professores da turma.

Aulas de musicalização: Projeto autorizado pela SE/JF a partir de 2007, desenvolvido por uma professora com formação em música.

Laboratório de Informática: Espaço que atende os nossos alunos com atividades lúdicas que possibilitam o contato com a tecnologia além de ajudar na aprendizagem dos conteúdos desenvolvidos em sala de aula. (PPP, 2010, p.12).

As aulas de contação de história atendem aos alunos da Educação Infantil e Ensino Fundamental; as de musicalização atendem aos alunos até o segundo ano do Ensino Fundamental e aos demais por adesão em horários extracurriculares; e o laboratório de informática atende a todos os alunos do Ensino Fundamental. Também são utilizados, na formação dos alunos, o recreio e a merenda escolar como momentos dedicados à formação de hábitos, à socialização e à boa convivência, pois é quando os professores estão presentes com seus alunos observando suas relações interpessoais durante as ações das crianças no seu tempo livre. Somando-se tudo isso ao trabalho desenvolvido em pequenos grupos, caracteriza-se, então, o Laboratório de Aprendizagem, que também consta no PPP:

Laboratório de Aprendizagem: espaço de atendimento extra-turno em pequenos grupos, em que o professor responsável se dedica a um processo de investigação e intervenção, construindo junto com o grupo situações ricas de aprendizagem, dentro das possibilidades de desenvolvimento de cada um. (PPP, 2010, p.12).

Sabe-se que o professor não é o único responsável pelas mediações em sala de aula. A relação estabelecida entre os alunos também é uma forma de construção da aprendizagem, sendo as turmas da escola montadas a partir de critérios heterogêneos. No entanto, no ano de 2009, o grupo de professores e equipe diretiva decidiram organizar algumas turmas de forma homogênea, tendo em vista a defasagem idade/ano, a dificuldade de aprendizagem de alguns alunos e de várias tentativas e a reavaliação das ações pedagógicas desenvolvidas até então. É fato que a organização de algumas turmas trouxe um desafio ainda maior ao grupo de profissionais que atuam nas mesmas, já que os alunos atendidos deveriam ir para casa e retornar no contraturno, a fim de participar das aulas de reforço escolar. Tal necessidade de retorno motivou um alto índice de infrequência e evasão.

Essa organização coincidiu com períodos de ausência da diretora, e no início de 2010 ocorreu seu afastamento por motivos de doença. Nesse momento, fui enviado como técnico da SE com o propósito de contribuir com a escola e direcionar uma possível escolha de um profissional do próprio grupo para assumir temporariamente o cargo de direção. Porém, no momento o grupo optou por esperar um pouco mais para tomar qualquer decisão. A partir daí, a SE resolveu me manter vinculado ao cargo de diretor da escola até que o grupo decidisse quem assumiria. Houve mais três tentativas no decorrer de 2010, mas o grupo através de votos de sim ou não decidiu me manter no cargo. No final do ano de 2011, as escolas do município passaram por um novo processo eleitoral para a escolha de diretor, do qual participei e fui eleito para um período de três anos.

Ao chegar à escola, no início de 2010, deparei-me com uma organização inadequada, pois havia alunos “ouvintes”, matriculados em uma turma, e assistindo aula em outra, correspondente a um ano anterior ao matriculado. Aos poucos, fui adequando cada aluno à turma de origem e, concomitantemente, organizando o atendimento dos alunos enturmados no Laboratório de Aprendizagem. Então cheguei ao que passei a chamar de *Jornada Ampliada* e assim permaneci, sempre atualizando, revendo situações, incluindo e excluindo alunos, e respeitando a particularidade de cada um.

Neste capítulo, escrevi sobre a rede Municipal de Educação de Juiz de Fora, e como surgiu o LA em suas escolas municipais. Inserida nesta rede está a EMPEAV, que apresenta um histórico recente, mas de muitos acontecimentos. Tal escola apresenta um relevante trabalho, principalmente no que tange ao LA, ao

acolhimento dos alunos com dificuldades de aprendizagem e à ampliação do tempo da jornada do aluno na instituição.

De forma a descrever esse caso de gestão, detalhei como se deu a implementação das políticas do PDE Escola e do Mais Educação na EMPEAV, bem como os processos, encontros e desencontros pelos quais o grupo e a equipe diretiva passaram.

No segundo capítulo, farei um breve estudo sobre o ciclo de políticas, a educação em tempo integral, a relação família-escola e a formação em serviço, destacando como esse conjunto de aportes teóricos contribui para a análise dos trabalhos da EMPEAV.

2 LABORATÓRIOS DE APRENDIZAGEM: AMPLIANDO POSSIBILIDADES EDUCACIONAIS

Até o momento, abordei a implementação do laboratório de aprendizagem na EMPEAV. Na busca de dados sobre LA, encontrei uma nova forma de organização que algumas escolas adotaram para pôr em prática o efetivo trabalho de recuperação de alunos com dificuldades de aprendizado ou mesmo fora da faixa etária.

Para compreender um pouco mais o processo da *Jornada de Tempo Integral*, subdividirei este capítulo em seis partes nas quais apresentarei o percurso metodológico da pesquisa, conceituando o ciclo de políticas, a educação integral e a dinâmica dos tempos escolares. Apresentarei, também, o histórico do ensino integral no Brasil nos últimos anos e abordarei a questão de formação do profissional que atua nos LAs e ensino integral, e a participação da comunidade nessa nova estrutura de ensino.

2.1 Percurso Metodológico

Para a realização deste trabalho, foi feita uma pesquisa bibliográfica e documental. Foi necessário um estudo sobre as políticas públicas implementadas na EMPEAV, literaturas sobre o LA, ainda escassas, porém pude encontrar bons relatos de experiências vivenciadas. Também foram pesquisados documentos junto à SE sobre o desenvolvimento do LA e formação de professores na Rede Municipal de Ensino de Juiz de Fora, assim como documentos da escola, como atas de reunião, diário de classe, portfólios e organização de horários, tanto dos turnos regulares como do intermediário.

Durante os estudos, foi muito importante conhecer outras experiências de Laboratório de Aprendizagem, em alguns casos com outras nomenclaturas, mas contando com a mesma essência: a de contribuir com alunos que apresentam dificuldades de aprendizagem.

Hoje, a escola possui alguma experiência no que tange ao LA. Foi desafiante, instigante e gratificante participar como pesquisador e ao mesmo tempo ser o sujeito desta pesquisa, visto que esta foi desenvolvida no espaço em que sou gestor. A pesquisa e o trabalho desenvolvidos na EMPEAV não se preocupam apenas com os resultados, mas procuram valorizar o processo pelo qual se constitui uma rede de aprendizagem.

O desenvolvimento da pesquisa foi um aprendizado constante, pois pude analisar os erros cometidos durante a organização e a execução de toda ação, procurando tirar proveito daquelas tentativas não muito exitosas, o que me proporcionou um crescimento pessoal e profissional, assim como também um crescimento na ação como um todo para a escola e para os profissionais que atuam diretamente com o LA.

Muitas vezes os desacertos permitem refletir e perguntar os porquês de cada detalhe que não saiu como o previsto. Dessa forma, procurei, sempre em conjunto, equipe diretiva e professores, entender, rever e estudar, na tentativa de melhorar a organização e a ampliação das atividades desenvolvidas na *Jornada Ampliada* dos estudantes da EMPEAV. Ser pesquisador participante é trabalhoso e, às vezes,

causa desconforto, pois se corre o risco de se perder na pesquisa, apesar de me considerar parte da EMPEAV⁴.

Foi importante fazer observações nas atitudes e representações de alunos, professores e pais, observar neles suas crenças, valores e responsabilidades – variáveis importantes na construção de uma confiança mútua. Conhecer a escola, primeiramente como um todo, e, com o passar do tempo, chegar às particularidades não só do grupo, mas também de cada um, que de alguma forma faz parte de um grande projeto, que é o da educação de qualidade para todos. Também estar envolto pelas histórias de vidas diversas e acompanhar tudo bem de perto em seu cotidiano, no seu cenário cultural, com vivências de bairros e conjuntos habitacionais, relativamente novos, e de uma escola que estará completando dez anos ao final de 2014, foi, enfim, muito gratificante.

Dessa forma, posso dizer que não sou mais o mesmo após todos os estudos, relações, transformações, aprendizagem, angústia e ansiedade, que passo no cotidiano de um trabalho que considero de muita relevância na vida das pessoas, bem como a importância da atenção e compreensão, do carinho e respeito em relação a essas pessoas. Como já citei, penso que não tive apenas acertos, mas trilhei e estou trilhando caminhos que, muitas vezes, foram construídos com os desacertos, com os quais aprendi muito e ainda pretendo aprender. Confesso que neste percurso modifiquei e fui modificado pelo contexto.

Nas seções seguintes, serão trabalhados os conceitos do Ciclo de Políticas, do qual a escola participou com a implementação de dois programas do Governo Federal, a respeito da escola em Tempo Integral.

Com o LA, destaco então a ampliação do tempo do aluno na escola e o da relação família-escola. Para isso, foi necessário estreitar relações, principalmente com as famílias dos estudantes que permanecem na escola, e com os professores que se empenham em participar de novas possibilidades educacionais na EMPEAV.

⁴ Fui encaminhado para a escola em 2010 para substituir a então Diretora que se encontrava em licença médica, com o intuito de ajudar o grupo a escolher alguém da própria escola, mas isso não foi possível no momento e permaneci até as eleições para Diretor, sendo eleito pelo período de 2012 à 2014. Neste caso, penso que me enquadro no perfil de pesquisador participante, já que este tem a característica de ser o de uma pessoa de fora que se insere no ambiente pesquisado.

2.2 Ciclo de políticas

Visando à excelência, qualidade e efetividade e à cultura do novo gerencialismo, o setor público vem se dirigindo à transformação com novas formas, estruturas e novas tecnologias de monitoramento. De acordo com Ball,

O novo gerencialismo oferece um modelo de organização “centrado nas pessoas” que vê o sistema de controle burocrático como difícil de ser gerenciado, pouco produtivo para a eficiência e repressivo do “espírito empreendedor” de todos os empregados. Contra isso, é postulado que o sucesso competitivo pode ser alcançado pela restrição dos sistemas de controle (que é expressivamente denominado uma “estrutura livre-restrita”), pela motivação das pessoas a produzir “qualidade” e pelo esforço em busca da “excelência” delas mesmas. Com essa abordagem, gerentes tornam-se líderes mais do que controladores, provendo as visões e inspirações que geram um compromisso coletivo da corporação em “ser a melhor”. (BALL, 2006, p. 12)

O novo gerencialismo inova, além de buscar a qualidade e de estar próximo ao consumidor. O autor acredita que, na educação, o segmento dos diretores de escola é a principal “carreira” em que se dá a incorporação do novo gerencialismo (BALL, 2006). Tudo isso gera mudanças de concepções, e passa a contribuir com uma reforma de relações e práticas da chefia, de forma a contribuir com a relação entre macro e micro, além de traçar novos caminhos para construção de políticas que proporcionem maior envolvimento social, desde sua inclusão na agenda até sua implementação no “chão da escola”.

Sabe-se que nem todas as instituições incorporam inovações da mesma forma ou com igual boa vontade. As antigas práticas são vivenciadas juntamente com as novas maneiras de trabalho. Há também a regionalização de cada instituição, o que pode dificultar o desenvolvimento de novas ações.

Ball apresenta ainda que,

De modo geral, a análise política necessita ser acompanhada por cuidadosa pesquisa regional, local e organizacional se nos dispomos a entender os graus de “aplicação” e de “espaço de manobra” envolvidos na tradução das políticas nas práticas ou na diferencial “trapaça” das disciplinas da reforma. (BALL, 2006, p.16).

Assim, percebo que as políticas devem obedecer a uma sequência lógica de construção e entendimento daquilo que é intenção de se atingir, visando à

modificação ou melhoria de situações que precisam ser focadas, por não haver uma funcionalidade adequada. Políticas colocam desafios para seus sujeitos e problemas que precisam ser resolvidos no contexto (BALL, 2006). Problemas estes que devem ser localizados e ter soluções plausíveis de serem aplicadas. As políticas são criadas por pessoas e para pessoas.

Muitas vezes, contudo, os idealizadores de uma política colocam, nesta, suas particularidades e acabam por igualar os diferentes, ou seja, desconsideram as particularidades dos locais em que essas políticas serão implantadas. Em muitos casos, não consideram as pessoas que serão influenciadas por tais políticas, fazendo surgir uma situação de resistência a ideologias que acabam, assim, impedindo o êxito de um projeto político.

De acordo com o ciclo de políticas, que é o processo de elaboração de políticas públicas e que organiza a vida de uma política pública em fases sequenciais e interdependentes, nota-se que certas demandas de trabalho ou problemas são identificados. Para que estes entrem na agenda, é preciso que haja urgência e um esforço de cada grupo empenhado nesse processo. É então que podem ser verificados os recursos, a força e a capacidade para se completar o inicial e cumprir devidamente a agenda, o que implica, também, o reconhecimento de sua importância pelos governantes. Em alguns casos, como na saúde e na educação, os problemas são incluídos na agenda, de forma mais impositiva. E, a partir daí, é que são adequadamente estudadas, pensadas e desenhadas as políticas públicas que poderão resolver os problemas detectados.

De acordo com Castro, (1989, *apud* Condé, 2012, p. 30), o processo decisório vai definir o nível de participação política, o grau de centralização/descentralização, a seletividade/universalização, as relações entre Estado e a iniciativa privada. Também aí são incluídos processos de monitoramento e avaliação e, depois de passar por diferentes órgãos do governo, a política ganha, enfim, sua legalidade e é aprovada, o que não impede sofrer alterações em relação ao seu desenho original, ao passar por esse percurso.

Em seguida, a política pública chega à fase de implementação, que é uma importante passagem pela realidade, na qual enfrenta desafios econômicos, administrativos e burocráticos. Aqui, podem surgir então problemas e dificuldades relativos ao espaço de aplicação, ao acompanhamento, à capacitação de gestores

responsáveis diretos pela implementação, e à formação de pessoal que aplicará a política pública à clientela à qual se destina.

Como já dito anteriormente, a maneira como ocorrerá a avaliação deve constar já no seu desenho, e, no decorrer da implementação, com um acompanhamento sistemático das ações, sendo que, no desenrolar da política, a avaliação deverá ser constante, visando a detectar problemas, tentar corrigi-los e propor mudanças, para que não haja qualquer prejuízo e nem se desperdicem tempo e trabalho, fazendo, assim, com que a política proposta volte à sua configuração original.

A implementação da política de LA da EMPEAV seguiu os mesmos trâmites das políticas de ordem macro. Inicialmente já havia, por parte da Secretaria de Educação, vontade de implementar de forma gradativa o LA nas escolas do Município de Juiz de Fora. A implementação do PDE Escola, que é uma política nacional, como apontado no primeiro capítulo deste trabalho, veio facilitar a ampliação de LAs no município e posteriormente o Programa Mais Educação (PME). Também de âmbito nacional, essa implementação trouxe a possibilidade de melhorar o atendimento aos alunos da Rede Municipal de Ensino. Com isto, a SE procurou apoiar as escolas que necessitavam de professores para apoio a alunos com dificuldade de aprendizagem, visto que o PME prevê apenas a contratação de monitores para atuar no contraturno, na ampliação da jornada dos estudantes.

A partir deste breve estudo do Ciclo de Políticas, é possível entender que a implementação do PME ocorreu de forma diferente, tanto nas esferas federal, estadual e municipal, como também dentro do próprio município, no qual se tem a mesma política implementada e vista de forma diferente, evidentemente em respeito a cada particularidade, espaço, entendimento e demanda da comunidade beneficiada.

Na EMPEAV, o LA implementado, concomitantemente com o PME, foi acompanhado sistematicamente desde o início dos trabalhos, inclusive com ações vinculadas ao PDE Escola. Assim, com este sistema de acompanhamento e avaliação, tem-se a possibilidade de aprimorar e realizar modificações sempre que necessário, e a cada ano faz-se a reestruturação de algumas questões que se mostram problemáticas ou que por motivos de logística e questões administrativas, necessitam de um tempo maior para se repensar e fazer as interferências, que

visem sempre à melhoria dos trabalhos desenvolvidos. Dessa forma, pode-se notar o ciclo de políticas no sentido micro.

O PDE Escola e o PME são políticas públicas criadas com a finalidade de contribuir com as instituições escolares, possibilitando aos alunos e aos professores melhores condições de interação e de ensino-aprendizagem. O primeiro opera por meio do plano de ação e diagnóstico dos problemas que a escola enfrenta, e tem como foco resolver ou minimizar aqueles problemas encontrados. Já o PME complementa o PDE Escola e amplia o tempo do aluno na instituição. Os programas são implementados via MEC através da Secretaria de Educação. O PDE Escola é oferecido a partir da verificação de baixo IDEB, posteriormente, é oferecido à escola o PME, tanto um quanto o outro são por adesão, isto é, a escola que não tiver interesse ou condições de aplicabilidade tem a opção de recusar.

Na EMPEAV, tanto o PDE quanto o PME foram aceitos, apesar de uma tímida oposição de alguns professores, os quais acreditavam que o programa PDE Escola seria um meio de o governo federal realizar fiscalização e cobranças à escola. Entretanto, no decorrer da elaboração do plano de ação e do início dos trabalhos relacionados a ele, essa suspeita foi superada.

O PDE Escola teve início na EMPEAV com o levantamento de dados, em 2009; em seguida, enviado e analisado pela SE, com o retorno para a escola, objetivando-se, assim, realizar pequenas correções, sendo que sua execução foi a partir do segundo semestre de 2009, período durante o qual eu atuava como técnico da SE. De lá, eu acompanhava outras escolas e prestava algumas assistências à EMPEAV, sendo que o PME foi implementado no segundo semestre de 2010.

Anteriormente a 2009, a escola já possuía um trabalho de reforço escolar, com duas professoras atuando no reforço, as quais estavam em processo de readaptação funcional⁵ e só podiam atender a pequenos grupos dentro do seu próprio turno. Ou seja, os alunos eram retirados de sala de aula e atendidos em outro espaço, mesmo porque em horários no contraturno os alunos não retornavam à escola.

A chegada dos programas supracitados, à escola, aconteceu concomitantemente à minha entrada aí como gestor. Desta feita, comecei a me

⁵ A readaptação se caracteriza pela razão de limitação na capacidade física ou mental sofrida pelo servidor público efetivo, verificada em inspeção médica. Regulamentada pelo art. 26 da Lei nº 8710 de 31 de julho de 1995.

inteirar cada vez mais da escola e do LA, que se tornou o foco principal da equipe diretiva. A concepção e a organização dos atendimentos aos alunos que apresentavam dificuldades de aprendizagem ou que estavam em defasagem idade/ano começaram a mudar a partir de então, estando em conformidade com uma ação da SE, de estudos e aplicabilidade do LA.

Neste contexto, a escola começa a implementar duas políticas públicas federais, além de participar das ações do *Extrapolando a Sala de Aula*, que é uma política pública de âmbito municipal, que visa à formação dos professores responsáveis pelo LA e serve para normatizar, formar e acompanhar o desenvolvimento do LA.

Em conjunto com ações do PME, a Secretaria de Educação forneceu professores para o LA. Na EMPEAV, inicialmente, a escola teve apenas duas professoras cedidas pela secretaria e uma professora em processo de readaptação funcional. As duas professoras cedidas pela SE saíram do próprio quadro efetivo da escola através de sondagem de perfil para o tipo de trabalho a ser desenvolvido no LA. Cabe, aqui, ressaltar que a terceira professora, que estava em processo de readaptação também se enquadrava no perfil que eu tinha em mente naquele momento.

Também já faziam parte do quadro da escola, porém contratadas, as professoras de Música e Contação de História. Para estas duas últimas modalidades, a SE instruiu as escolas a aproveitarem os macrocampos do PME que a instituição já possuía, evitando, assim, a espera necessária para os trâmites legais de contratação de novos profissionais, ou a dificuldade de encontrar monitores; estes permitidos pelo PME para realizar trabalhos nas oficinas, o que facilitou o início dos trabalhos.

A partir dessas ações, deu-se início ao LA na EMPEAV, com três professoras que dividiam as turmas de acompanhamento pedagógico de Português e Matemática, e os professores de música e teatro (de 2008 a 2010, a escola possuía um projeto de Contação de História, posteriormente substituído por teatro). Como já mencionado no capítulo um, foram feitas muitas modificações nos espaços e horários da escola, com o ano letivo de 2010 ainda em andamento, a fim de comportar as ações do LA.

No segundo semestre de 2010, a escola teve as primeiras experiências com o LA. Entre agosto e outubro, foi feita a avaliação do que estava funcionando e o que

poderia melhorar. No início tive dificuldades, pois os programas implantados não indicavam nenhum sistema de acompanhamento, exceto o portfólio indicado pela SE. De forma a ampliar e aprofundar o processo e acompanhamento, em conjunto com a coordenação e professoras, comecei a criar estratégias para o acompanhamento dos horários, alunos, professores, métodos utilizados, a condução dos alunos de uma sala para outra, o comportamento dos mesmos durante o horário de descanso, a alimentação, a higiene e a convivência com colegas que não faziam parte de uma mesma turma pela manhã, mas estavam na mesma turma no contraturno. Passei a observar, assim, que seria mais produtivo se colocasse os alunos enturmados, a fim de alocá-los com seus pares, de acordo com a idade e dificuldade de aprendizagem.

Em junho de 2010 comecei com três turmas de, no máximo dez alunos, de segunda à quinta-feira, no horário do contraturno de 11h às 14h. Foram montados vários horários até conseguir, já no mês de outubro de 2010, fixar o quarto horário elaborado, que melhor atendia aos alunos. A principal dificuldade do início da implementação do LA foi o horário de descanso, entre 11h e 12h. Nesse período, os alunos queriam ir para casa e a escola não dispunha de funcionários suficientes para ficar com as crianças.

Na ocasião a escola contava com um professor de Educação Física, com duas aulas e um módulo de sessenta minutos, além de contar com a minha presença e com uma professora que permanecia na escola no referido horário. Assim fazíamos um revezamento entre quadra, sala de vídeo e uma oficina de tear de prego⁶, a qual foi sugerida e ensinada por mim. Portanto diariamente, no horário de descanso e almoço, apesar de não ser tarefa do gestor, eu assumia parte da turma para as atividades que não eram feitas na quadra, visando a não sobrecarregar o professor de Educação Física. Somente assim é que foi possível fazer com que os alunos ficassem um pouco mais concentrados.

Aproveito para destacar o que consta no regimento da escola, na seção II, Competências do Diretor da Escola, sobre o papel do gestor:

Art. 21º - Compete ao Diretor da escola:

⁶ Tear de prego é um aparelho mecânico ou eletromecânico, empregado para fins de tecelagem. Entre as variedades existentes, utilizamos um tear quadrado, para tecer cortes descartados por fábricas de meia.

- I – Representar a unidade escolar sob a sua direção, coordenando-a de modo a efetivar a participação comunitária no processo decisório e administrativo;
- II – Prestar assistência à escola em todos os turnos, permanecendo alternadamente em pelo menos dois turnos, de modo que haja sempre um dirigente respondendo pela escola durante o período de funcionamento da mesma;
- III – Cumprir e fazer cumprir a legislação de ensino e as normas baixadas pela Secretaria;
- IV – Participar da construção, execução e avaliação coletiva do Projeto Político Pedagógico da escola que representa;
- V – Coordenar as ações dos recursos humanos afetos à sua área de competência;
- VI – Administrar os recursos financeiros e materiais recebidos do Poder Público, bem como por aqueles provenientes de doações de terceiros, festas e eventos ocorridos em nome da escola;
- VII – Administrar, com responsabilidade pública, as ações pertinentes aos recursos destinados ao Caixa Escolar, prestando as contas devidas e responsabilizando-se publicamente pelas mesmas;
- VIII - Zelar, de forma integrada, pelo cumprimento dos planejamentos e da Proposta Política Pedagógica homologada por todos os profissionais da escola;
- IX – Acompanhar e promover as condições necessárias ao desenvolvimento das ações inerentes ao pessoal técnico;
- X - Acompanhar e promover as condições necessárias ao desenvolvimento de todos com estratégias de recuperação para aqueles com dificuldades de aprendizagem (REGIMENTO ESCOLAR DA EMPEAV, 2007, p. 7).

Apesar de não ser tarefa do gestor atuar em sala ou se responsabilizar por turmas, mesmo que estas estejam formadas de diferentes maneiras, e em turno diferente, e de acordo com o inciso X do regimento escolar, sinto-me na obrigação de contribuir o máximo que posso para que os alunos tenham a oportunidade de crescimento.

Porém, pensando numa política pública duradoura, ficou claro que a quantidade de funcionários, principalmente para aquele horário, era insuficiente. De acordo com legislação vigente da SE, e com o PME, não estava previsto nenhum funcionário para o atendimento nesse horário, assim como não era previsto que, com um grupo de alunos permanecendo por mais tempo, a escola deveria contar com mais um profissional que pudesse ajudando e direcionar os alunos, além de mais um profissional para a cozinha, já que há mais duas refeições além das previstas anteriormente, e mais um funcionário de serviços gerais.

Insistentemente, esses profissionais foram por mim solicitados e liberados para a escola a partir do segundo semestre de 2011, sendo que o primeiro a chegar foi o auxiliar de serviços gerais. No início de 2012, contei com uma auxiliar de

cozinha, e somente no segundo semestre de 2012 é que a escola conseguiu um profissional que hoje se chama de professor auxiliar de projetos.

Além de todo esse processo que dificultou a implementação dos programas, o que não se previa também era a dificuldade dos responsáveis pelos alunos em entenderem e aceitarem que seus filhos precisavam permanecer na escola, para que pudessem ser acompanhados mais individualmente, com atividades e oficinas diferenciadas.

Assim fica evidente, através das experiências vivenciadas na EMPEAV, que as políticas públicas, embora pensadas, deixam escapar detalhes importantes que apenas no decorrer da implementação vão aparecendo. E esses detalhes precisam ser resolvidos em curto espaço de tempo, para que não se perca o foco do trabalho, uma vez que o objetivo fundamental visa ao aperfeiçoamento a cada avaliação e à superação dos problemas que foram detectados.

2.3 Educação em Tempo Integral

A origem do conceito de educação integral, segundo Coelho (2009), remonta à Antiguidade Clássica, mais precisamente ao conceito de educação da Grécia Antiga, que buscava uma formação do homem como um todo: estético, moral, ético, metafísico e físico. Entretanto, segundo a própria autora, a educação integral só voltou a ser discutida de maneira mais organizada a partir do século XVIII, sob a luz dos ideais da Revolução Francesa e, no Brasil, a partir da década de 1930, por Anísio Teixeira.

O livro *Educação Integral* da série Mais Educação, do Ministério da Educação diz que:

Anísio Teixeira, um dos mentores intelectuais do Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova, pensando na implementação de um Sistema Público de Ensino para o país, propunha uma educação em que a escola “desse às crianças um programa completo de leitura, aritmética e escrita, ciências físicas e sociais, e mais artes industriais, desenho, música, dança e educação física, saúde e alimento à criança, visto não ser possível educá-la no grau de desnutrição e abandono em que vivia. (BRASIL / MEC, 2009, p. 15)

Anísio Teixeira colocou em prática essa concepção em um Centro Educacional, na capital da Bahia, nos anos 1950. Esse espaço educacional continha

o que se chamava de Escola-Classe, na qual se trabalhavam conteúdos curriculares e outras atividades que aconteciam no contraturno e recebiam o nome de Escola-Parque.

Com a fundação de Brasília, na década de 1960, foram contruídos alguns centros com a mesma perspectiva. Nessa mesma década, Anísio Teixeira, já como presidente do INEP, e em conjunto com outros expoentes da educação brasileira, organizaram um Sistema Educacional que pretendia ser o modelo educacional para o país, tendo como inspiração o modelo de Salvador, mas com aspectos mais evoluídos.

Nas décadas de 1980 e 1990, foram construídos aproximadamente quinhentos prédios escolares – os Centros Integrados de Educação Pública (CIEPs), no Estado do Rio de Janeiro, durante os dois governos de Leonel Brizola. Esses Centros foram projetados por Oscar Niemeyer a partir da experiência de Brasília e concebidos por Darcy Ribeiro. A estrutura dos prédios permitia abrigar o que se denominava como “Escola Integral em horário integral”. A partir de então, tiveram início os estudos sobre a implantação dos CIEPs, considerando-se suas inovações e fragilidades.

O documento do MEC “Educação Integral” cita, ainda, experiências diversificadas de ampliação da jornada escolar que entremeiam turno e contraturno. No período de 2004-2006, com financiamento do próprio Ministério da Educação, em ações que ampliam a participação do estudante, a experiência ocorreu em municípios como Belo Horizonte/MG, Apucarana/PR, e Nova Iguaçu/RJ, dentre outros.

Rememorando-se o passado sobre a Educação em Tempo Integral, pode-se perceber que várias experiências se somam. Experiências advindas de iniciativas de governos municipais, estaduais e também do governo federal, e que contaram, ainda, em alguns casos com a participação da sociedade civil, na busca de uma educação de qualidade. Para que se compreenda e se trabalhe toda essa perspectiva de Educação Integral, não se pode perder de vista que é essencial o diálogo com o projeto pedagógico de cada instituição escolar.

2.3.1 A perspectiva da Educação em Tempo Integral em Juiz de Fora

Em Juiz de Fora, a Educação em Tempo Integral foi lançada pelo executivo municipal com o Programa Escola de Educação em Tempo Integral, no ano de 2006, junto com a política de “formação integral em tempo Integral” (MATTOS, 2012).

O prefeito da época acreditava que a Educação em Tempo Integral de Juiz de Fora significava um compromisso sócio-educativo. Com isso, atenderia ao desejo da sociedade e da legislação vigente – à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/96, que dedica dois artigos à ampliação progressiva da jornada escolar do Ensino Fundamental para o regime de Tempo Integral, somado ao Decreto nº 6.253/2007 que regulamenta o FUNDEB.

Contava, ainda, com o Plano Decenal Municipal de Educação para o período de 2006/2015, Lei Municipal n. 11.145, de 31 de maio de 2006, que apresenta como meta para o Ensino Fundamental a ampliação gradativa do horário de atendimento nas escolas da rede pública, respeitando-se a carga horária dos professores, garantindo-se profissionais especializados e condições adequadas ao desenvolvimento das atividades extracurriculares (JUIZ DE FORA). O Plano Plurianual, para o período de 2006/2009, Lei Municipal n. 11.060, de 05 de janeiro de 2006, prevê a construção de escolas de educação em tempo integral e a reorganização de outras instituições para o atendimento em tempo integral (Juiz de Fora).

Em 2006, a Prefeitura Municipal inaugurou uma escola no centro da cidade para atender à Educação Infantil em Tempo Integral e transformou duas escolas já existentes, uma no centro e outra no Bairro Bom Pastor, em escolas de Tempo Integral, porém, essas escolas não possuíam um espaço totalmente adequado para tal atendimento. Na sequência, já em abril de 2007, foi inaugurado um novo prédio na comunidade de Torreões que permitiu o atendimento em Tempo Integral dos alunos da Educação infantil até o nono ano do Ensino Fundamental.

Somente em 2008, foi regulamentado o Regime Escolar de Tempo Integral da Rede Municipal de Ensino, que passou a vigorar apenas após a publicação da Lei nº 11.669/2008 que consta em seu Art. 2º:

Art. 2º A Escola de Educação em Tempo Integral tem como objetivos:

I - promover a permanência do educando na escola, ampliando as possibilidades de aprendizagem, com um currículo diversificado,

explorando situações que favoreçam o aprimoramento pessoal, social e cultural;

II - proporcionar aos alunos alternativas de ação no campo social, cultural, esportivo e tecnológico;

III - incentivar a participação da comunidade por meio do engajamento no processo educacional, implementando a construção da cidadania;

IV - adequar as atividades educacionais à realidade de cada região;

V - proporcionar ao educando uma experiência educativa que possibilite um desenvolvimento integral, considerando os aspectos cognitivo, motor, social, emocional e cultural;

VI - reforçar a escola como um espaço de socialização, onde o aluno possa experimentar uma vivência coletiva e formular uma concepção de mundo, de sociedade e de homem;

VII - proporcionar aos alunos alternativas de ação e de exercício no campo social, cultural, esportivo e tecnológico em ambientes coletivos diversificados;

VIII - vincular as atividades pedagógicas às rotinas diárias de alimentação, higiene e recreação. (JUIZ DE FORA, 2008).

A Lei nº 11.669/2008 é constituída por oito artigos e no Art. 5º garante o funcionamento do referido programa em seis escolas e inclui uma escola, ainda em construção, anunciada pelo prefeito da época, a qual não foi concluída dentro de seu mandato.

Em 2009, mesmo com uma garantia legislativa, a nova gestão municipal, com o entendimento da Secretaria de Educação, não houve interesse em ampliar o Programa Escola de Educação em Tempo Integral, como também não houve prosseguimentos às ações que estavam sendo executadas, inclusive com parcerias externas.

Tendo-se em vista a mudança de governo e, com isto, a reformulação da Secretaria de Educação com novos departamentos e novos grupos de trabalho, os estudos que estavam sendo realizados pelo grupo Tempos na Escola⁷ ficaram prejudicados. Porém, mesmo com a baixa frequência, o grupo de estudos continuou com seus encontros e ao final de 2009 foi organizado o III Encontro das Escolas de Educação em Tempo Integral de Juiz de Fora, no qual a então Secretária de Educação declarou não ser a favor do Programa Escola de Educação de Tempo Integral, justificando a falta de recursos para o atendimento de programas desse tipo.

⁷ Projeto desenvolvido através de uma parceria entre a Secretaria de Educação (SE) e as escolas participantes do Programa Escola de Educação em Tempo Integral, tendo início em agosto de 2006, e o Núcleo de Estudos e Pesquisas em Educação e Diversidade da Universidade Federal de Juiz de Fora (NEPED/UFJF).

Após o encontro, a Secretaria Municipal assinou um convênio com o MEC – uma adesão ao Programa Mais Educação. Como já foi mencionado no capítulo anterior, tem como propósito aumentar a permanência de crianças e jovens na escola no contraturno, através do apoio de atividades socioeducativas. A partir de então, as escolas que possuíam PDE Escola foram incluídas no PME.

Dentre as escolas incluídas no Programa, encontra-se a EMPEAV que, a partir de 2010, passou a contar com o turno intermediário para acolher os alunos que se encaixavam nos critérios de participação, determinados pelo PME.

Na EMPEAV, o LA possibilitou uma pequena ampliação da jornada do estudante na instituição, pois, de certa forma, ao se pensar o LA como um todo, e levando-se em conta as oficinas pedagógicas de Matemática e Português, de música, teatro, percussão, grafitti, horário de higiene, alimentação e de descanso, tem-se o que constitui o ciclo de aprendizagem e ampliação do tempo do aluno.

Com idas e vindas, e de modo a proporcionar ao aluno melhor atendimento a cada ano, desde 2010, a EMPEAV vem se organizando para ampliar o tempo do aluno na escola. O principal desafio é a falta de espaço, que dificulta as atividades, mas não impede o trabalho.

Atualmente, os 50 alunos, do 3º ao 5º ano, permanecem na escola por oito horas, sendo quatro horas em seu turno e outras quatro no contraturno. Neste último, de segunda a sexta-feira, os alunos no horário de descanso têm a oportunidade de participar de aula de Educação Física, desenho livre, vídeo, informática, sendo que em dois dias da semana dezenove alunos participam da escolinha de Futsal, criada em 2014.

Após as 12h de segunda até quinta-feira, os estudantes se deslocam para as salas de aula, nas quais participam de oficinas pedagógicas de Português e Matemática, com registros de brincadeiras e jogos pedagógicos. Nas terça e quinta-feiras, essas oficinas são divididas com a oficina de Percussão, e na sexta-feira, a partir das 12h, os alunos participam das oficinas de Música, Teatro, Informática e Biblioteca.

Dessa forma, os alunos permanecem na escola cinco dias da semana, de 7h às 15h. Neste ano, a escola conseguiu se organizar para começar a atender a dez alunos do 2º ano, de terça até quinta-feira, com oficinas pedagógicas de Português e Matemática, de Música, de Teatro e aula na Biblioteca. Com isto, ampliaram-se as vagas para 60 alunos. Portanto, com o comprometimento da equipe diretiva,

professores, funcionários e responsáveis, a instituição está, a pequenos passos, ampliando o atendimento na EMPEAV, em busca de uma educação em Tempo Integral e de qualidade para todos.

2.4 Relação família-escola

A escola precisa caminhar junto com seus alunos e suas famílias, e procurar romper barreiras que impeçam uma relação saudável entre essas duas instituições tão importantes na vida de uma criança:

Uma comunidade de aprendizagem é uma comunidade humana organizada que constrói um projeto educativo e cultural próprio para educar a si própria, suas crianças, seus jovens e adultos, graças a um esforço endógeno, cooperativo e solidário, baseado em um diagnóstico não apenas de suas carências, mas, sobretudo, de suas forças para superar essas carências. (BRASIL / MEC, 2009, p. 31, *apud*, TORRES, 2003, p. 83)

A implantação de políticas socioculturais é de grande importância para que a escola funcione como uma comunidade construída coletivamente por diferentes atores e saberes sociais e a partir de diferentes contextos culturais. A participação de todos e a vida cotidiana pode contribuir efetivamente para um desenvolvimento de práticas comunitárias, autonomia e liberdade presentes no contexto e espaços escolares.

Pode-se perceber que a família apresenta configurações próprias, sendo que isto está diretamente ligado ao momento histórico e à sociedade em que está inserida. Hoje, nota-se que as famílias não são como antes, que se apresentava na maioria das vezes com um pai, uma mãe e sua prole, pequena ou grande. Contemporaneamente, existem diversos tipos de famílias, as quais são constituídas por uniões livres, novos arranjos monoparentais, pais ou mães solteiros, casais constituídos por pares do mesmo sexo, pelo direito de adoção por estes e por pessoas solteiras, o que também permite novas configurações. E, ainda, em muitas situações, casais que decidem não ter filhos, ou que escolhem controlar cuidadosamente o tamanho da prole.

A família também passou por modificações a partir do momento em que se proíbe o trabalho infantil e gradativamente se cobra mais a participação e presença da criança na escola, o que não impede de se ver ainda uma criança cuidando de outra, ou ela própria se cuidando. Não se pode dizer que essas famílias são desestruturadas, mas, sim, que apresentam novas estruturas e configurações.

No movimento de modificação de valores e da família, pode-se perceber que as relações entre pais e filhos na contemporaneidade não partem mais do autoritarismo, de forma que as relações devam ser mais pautadas pelo diálogo. Antes, os pais tinham a oportunidade de repassar ofícios aos filhos, o que no decorrer do tempo se tornou mais difícil. Assim, atribuem-se à escola mais responsabilidades. Neste sentido, Nogueira destaca que:

Ao lado desses fenômenos, modificações importantes atingiram também o sistema escolar e os processos de escolarização. Sob o peso de fatores como as legislações de extensão da escolaridade obrigatória, as políticas de democratização do acesso ao ensino, a complexificação das redes escolares e a diversificação dos perfis dos estabelecimentos de ensino, as mudanças internas nos currículos, nos princípios e métodos pedagógicos, é todo o funcionamento das instituições escolares que passa a influenciar intensamente o dia-a-dia das famílias. (NOGUEIRA, 2006, p. 161)

Novas perspectivas fizeram com que a escola reconhecesse o aluno como um agente ativo do ensino-aprendizagem, buscando adequar-se ao máximo a esse aluno e visando a trabalhar cada vez mais com a vivência que ele traz de casa. Os dois agentes educacionais, família e escola, devem estar sempre em consonância e promover ações contínuas para que os principais sujeitos, que são os alunos, e principais beneficiados pela parceria, possam ter um aprendizado conectado à sua realidade, ampliando-se, assim, o impacto social da educação.

Vale considerar que os novos arranjos familiares, e também os constantes conflitos sociais e índices de violência preocupantes, principalmente em grandes centros urbanos, acabam por interferir na relação família-escola.

Essas duas instituições são fundamentais na educação da criança, sendo a relação entre elas o alicerce da vida escolar. A seguir, uma situação que ilustra os embates que às vezes acontecem no contexto escolar:

O insucesso escolar deveria suscitar a análise de causas dos problemas que interferiram na aprendizagem, avaliando o peso das condições escolares, familiares e individuais do aluno. O que se constata é que, em vez disso, o comportamento mais comum diante do fracasso escolar é a atribuição de culpas, que geralmente provoca o afastamento mútuo. Para ilustrar essa questão, colocamos lado a lado duas falas recorrentes nas entrevistas realizadas para este estudo:

- Dos professores, ouvíamos: “os pais dos alunos que mais precisam de ajuda são sempre os mais difíceis de trazer até a escola”.
 - Dos pais desses alunos que mais precisam, ouvíamos: “nós, que mais precisamos de ajuda, somos os mais cobrados pelas escolas”.
- E uns não escutam os outros. (BRASIL, MEC, 2010 p.31)

A reflexão acima, além de exemplar à discussão que está sendo feita sobre o trabalho realizado na EMPEAV, permite perceber que a escola da qual sou gestor busca atender, ao menos em parte, a todos os espaços sob sua responsabilidade, sejam físicos, psicossociais ou pedagógicos. Contudo, surpreende-me, tanto como gestor quanto como professor, saber que ainda ocorrem situações como as do trecho supracitado.

No caso da EMPEAV, ao reconhecer que os pais dos alunos precisavam de ajuda, conforme o relato que fizeram, lembrei-me de que um dos grandes desafios da EMPEAV ao implantar o laboratório de aprendizagem foi convencer a comunidade escolar a participar dessa reformulação do tempo e espaço escolar. Esse desafio foi encontrado também por outras escolas que se comprometeram a adotar o LA e o período de jornada ampliada.

Sendo assim, foram realizadas várias reuniões com os responsáveis para que fosse possível o convencimento de cada um, da importância da participação dos alunos em um período a mais na escola, e que eles não teriam somente o mais do mesmo, mas, sim, um atendimento diferenciado, e que objetivava melhorar o desenvolvimento de cada um.

Houve, também, conversas individuais com os pais de cada um dos alunos, principalmente com aqueles que insistiam em não permitir que os filhos ficassem na escola além do horário obrigatório. Foi então que pude perceber que era necessário um trabalho de ouvir o aluno, os pais e os professores. Não se tinha a intenção de procurar culpados por nada, mas de contribuir para minimizar as dificuldades dos responsáveis, fazendo com que todos os alunos que, inicialmente foram incluídos no LA, fossem atendidos.

Percebi o quanto é importante a participação da comunidade escolar no processo de consolidação da implementação desse novo sistema (LA e jornada ampliada), como também a utilização dos espaços que a comunidade oferece. Assim, foi possível estreitar os laços e ampliar a interseção da relação família-escola, mesmo sabendo que ainda há muito a ser feito para que esta relação se torne mais sólida.

No que diz respeito à relação família-escola na EMPEAV, foi muito importante a conscientização dos responsáveis da relevância do LA. Esse trabalho foi feito através de reuniões nas quais, muitas vezes, mostrei o quê e como os professores trabalham com os filhos no horário estendido. Havia questionamentos de alguns responsáveis sobre a forma e o material utilizado para o trabalho com os alunos, pois estes, ao voltarem para casa, diziam, e os novatos ainda dizem, que ficavam apenas brincando em sala de aula com joguinhos. Contudo, houve um estreitamento da relação dessas famílias com os professores e com a equipe diretiva da escola, que passou a ser mais solicitada para atendimento e esclarecimento de detalhes sobre a vida de cada aluno, dentro e fora da escola.

Apesar de conseguir uma aproximação com as famílias desses alunos, ainda existe uma lacuna na relação família-escola, que ao meu ver passa por muitas dificuldades, e uma delas é que os responsáveis precisam trabalhar, não têm, assim, tempo para a participação mais efetiva no cotidiano da escola, participação esta que não se deve resumir ao simples comparecimento a uma festa ou a qualquer outro evento realizado pela instituição escolar. Pode-se afirmar que os alunos e suas famílias são muito bem acolhidos pelo corpo docente, funcionários, coordenação e pela equipe gestora, que atende prontamente a todos que procuram por alguma explicação sobre qualquer acontecimento, tanto dentro quanto fora da escola.

2.5 Formação em serviço

Um dos pontos percebidos, durante a coleta de dados para reflexão sobre os LAs, é a questão do trabalho docente e sua formação. Segundo Boy e Leite (2009), as reformas educacionais, iniciadas na década de 1990, no Brasil, e processadas, ainda hoje, tendem a impactar a organização da escola e conseqüentemente o trabalho docente.

Dentro dos estudos de casos de LAs, houve bons resultados, embora com apontamentos de que a formação de profissionais para essa modalidade de ensino ainda é precária. Há alguns relatos em que esses profissionais se mobilizam para buscar alternativas no diálogo com seus pares.

Sabe-se que tornar-se professor não é um processo rápido. Este se desenvolve ao longo de um tempo, com saberes, práticas e experiências vividas, estudos e avaliação do trabalho desenvolvido, tudo isso somado à troca de experiências no universo da educação.

Considerando-se que a formação inicial do professor é a melhor possível, ela ainda não é suficiente para atender a todas as demandas de uma profissão que se pode considerar como uma das mais importantes. O docente precisa se aprimorar de tempos em tempos, buscando uma ressignificação para seu trabalho, que se faz de uma constante mudança e aprendizado.

Consta na LDB de 96 a necessidade de formação continuada do profissional que atua na educação:

Art. 67. Os sistemas de ensino promoverão a valorização dos profissionais da educação, assegurando-lhes, inclusive nos termos dos estatutos e dos planos de carreira do magistério público: [...] II – aperfeiçoamento profissional continuado, inclusive com licenciamento periódico remunerado para esse fim; (BRASIL, 1996)

Este texto, que é um marco para a educação pública nacional, consagra a ideia de uma formação contextual e que faz parte da dinâmica da profissão. Complementando a LDB, o Plano Nacional de Educação (PNE, Lei nº 10.172) estabelece que a formação continuada para professores da rede pública de ensino deve ser garantida pelas Secretarias de Educação, estaduais e municipais, assim como a manutenção permanente de programas, além de procurar parcerias com universidades e instituições de ensino superior.

Portanto, as legislações vigentes e o próprio trabalho docente levam a reconhecer a importância da formação do professor, inclusive no âmbito de suas instituições escolares, pois possibilita uma atuação mais qualificada. No documento *Políticas Docentes no Brasil: um estado da arte*, do Ministério da Educação e UNESCO, há:

Uma série de premissas para que a formação continuada possa, de fato, contribuir para o desenvolvimento profissional dos docentes: a) fomentar maior autonomia na formação, com intervenção direta do professorado; b) basear-se nos projetos das escolas, para que o professorado decida o tipo de formação que melhor atenda suas necessidades; c) criar espaços de reflexão sobre a prática em um contexto determinado; d) fomentar a comunicação entre o professorado pela criação de comunidades de aprendizagem. (BRASIL, MEC, 2011, p. 196)

Assim, as condições supracitadas permitem perceber que não se pode ficar somente com as formas tradicionais de formação, que estavam centradas em cursos, palestras, seminários, mas que é preciso buscar novas modalidades de formação que possam instigar os docentes a uma participação mais ativa e voltada para o desenvolvimento pessoal e comprometimento com o estudo e a reflexão constantes sobre a prática profissional, bem como com o enriquecimento cultural. Cabe destacar que a prática de formação docente é muito importante para a melhoria da educação, mas não é a única, uma vez que o salário, as condições de trabalho compõem outra parte fundamental.

A formação docente passa também pelo cotidiano da instituição escolar, pelos conselhos de classe, reuniões pedagógicas, reuniões do colegiado, reuniões de discussão e planejamento, e reformulação do PPP da escola, inclusive a necessidade de formação profissional dos professores, dentre outras. Assim, são identificadas situações que deverão ser estudadas e compartilhadas no contexto da escola, levando o grupo à tomada de decisões importantes. Dessa forma, procurando-se promover a formação continuada, a escola precisa se organizar visando cada vez mais ao diálogo para a busca de melhores condições de trabalho docente.

De acordo com Oliveira; Formosinho e Kishimoto (2002, p. 8-9), o conceito de formação centrada na escola tem sido usado com significados muito diferentes, sendo assim demasiado abrangente. Os autores trazem várias vertentes que distinguem o conceito de formação, que resumidamente será visto a seguir:

- Dimensão física, dimensão organizacional, dimensão psicossocial, dimensão pedagógica e dimensão político-cívica.
- Dimensão física, que é uma formação no “chão da escola”, fora das universidades; é onde os professores participam em serviço do seu cotidiano;

- Dimensão organizacional, pautada na e definida pela autonomia da instituição escolar, através de seus órgãos, determinada por emendas do momento para grupos mais específicos;
- Dimensão psicossocial, com participação direta do professor, desde a elaboração do programa a ser estudado até sua avaliação; o profissional não é visto como apenas um indivíduo, mas como um grupo, levando-se em conta as necessidades de cada grupo ou projeto;
- Dimensão pedagógica, centrada na prática profissional de professores ou de outros profissionais da escola, conduzindo-se a formação para a apresentação de novas práticas e/ou melhoria das já existentes; aqui os autores afirmam que sem mudança das práticas, a formação contínua não tem impacto junto aos alunos;
- Dimensão político-cívica, que direciona o professor para uma auto-organização procurando promover sua própria formação com criação de centro de professores com intuito de abranger maior público interessado.

Nota-se a importância da formação do professor em serviço e a relevância de se conhecer e analisar cada realidade para que se possa construir uma proposta de estudo que contemple as demandas da escola como um todo. Sendo assim, sabe-se que a troca de experiência e a articulação entre teoria e prática são características de processos de formação docente, e tem sido desenvolvida cada vez mais, para proporcionar melhor qualificação do trabalho pedagógico realizado nas instituições escolares, junto ao educando.

Sempre acreditei que a formação em serviço é fundamental para que o trabalho se desenvolva com maior efeito sobre a aprendizagem dos alunos, por isso sempre incentivei os profissionais a participarem de cursos e estudos, inclusive, de novos materiais adquiridos pela escola.

Exceto o profissional que atua com percussão, todos os outros possuem vínculo com a SE e participam dos cursos oferecidos pelo Departamento de Políticas de Formação (DPF). No caso do Teatro, o professor participa do Grupo de Estudos de Artes (GE Artes). As professoras que atuam com o Português e Matemática participam do Programa Nacional de Alfabetização na Idade Certa (PNAIC) e, desde 2010, do *Extrapolando a Sala de Aula*, que tem sido bastante elogiado pelo grupo da EMPEAV.

Uma vez por mês os alunos são dispensados de suas atividades no LA, as cursistas vão até ao Centro de Formação do Professor (CFP) e participam de quatro

horas de oficina e troca de experiências; voltam sempre muito empolgadas e satisfeitas com o trabalho, já que lá encontram companheiras que nem sempre relatam boas experiências de suas escolas. Essa participação efetiva das professoras traz bons frutos para a escola, pois, muitas vezes, é utilizado em sala de aula o que se discute e se aprende nos encontros do CFP. Dessa forma, as participantes conseguem, mesmo que timidamente, contagiar os colegas de trabalho, que passam a se interessar pelas atividades propostas.

2.6 As possibilidades educacionais da Escola Municipal Prof^a Eunice Alves Vieira

Uma de minhas metas como gestor da EMPEAV é que a escola tenha efetivamente a educação em Tempo Integral, promovendo a permanência dos estudantes na escola, proporcionando aos alunos outras atividades no âmbito social, cultural, tecnológico e esportivo, e visando a implementar a construção da cidadania e participação da sociedade. Também é importante destacar que é fundamental adequar a realidade de cada escola e sua comunidade ao projeto da instituição escolar, e ainda ampliar atividades pedagógicas em conjunto às atividades diárias de higiene, alimentação e recreação dos estudantes.

Tendo-se em vista todas as dificuldades apresentadas, neste capítulo, acerca das ações para implementação dessas políticas na escola pesquisada, ainda era necessário adquirir os materiais previstos no PDE Escola e no PME. Gerenciar quatro contas no banco e quatro prestações de contas com prioridades diferentes foi, inicialmente, trabalhoso e de difícil administração. Porém, não deixei de acompanhar e avaliar bimestralmente, ou quando necessário, os passos do LA. Assim os trabalhos eram acompanhados diretamente por mim, na condição de diretor da escola, e pela coordenadora do turno da tarde que atende à educação infantil, através de reuniões, dos portfólios, da mudança de horários, do remanejamento de alunos, da inclusão e exclusão dos mesmos do LA.

O acompanhamento era feito através de reuniões com as professoras do LA, portfólios montados ao longo do ano e um relatório geral final. Posso relatar trechos de portfólios montado pelas professoras que atuaram ou atuam no LA, pois é muito interessante perceber que os alunos tiveram um avanço na aprendizagem.

No ano de 2012 em um portfólio de uma professora que acompanhava uma turma de alunos do 3º ano diz: *É uma turma com vários alunos que costumavam não aceitar e compreender as solicitações dos adultos, seguir regras e combinados propostos...*

A partir das observações e investigações do trabalho, este passou a ser desenvolvido principalmente através de: alfabeto móvel, jogos variados,..., produção de textos através de desenhos...

No decorrer do ano letivo houve novos reagrupamentos de alunos entre as turmas, o que resolveu alguns casos de indisciplina, a rotina de atividades e jogos também contribuíram para o bom desenvolvimento dos mesmos.

Vários alunos já estão lendo e produzindo frases, houve um grande crescimento nas turmas,... descobriram o valor da escrita e da leitura em suas vidas.

Em 2013, as professoras que atuam no LA dizem que em reunião optou-se pela divisão por área, cada uma atendia a duas turmas, uma com oficinas pedagógicas de Língua Portuguesa e outra com oficinas pedagógicas de Matemática. Elas relatam que o papel principal é o de trabalhar de forma mais lúdica, através de jogos e brincadeiras, tudo isso registrando as atividades desenvolvidas com os alunos, inclusive registros coletivos das regras dos jogos. Elas ainda separam o relato em primeiro e segundo semestre e ao final de cada um relatam que apesar das dificuldades dos alunos são percebidos os avanços e que cabe a elas o estimulá-los e tornar as aulas mais atrativas.

Em outro portfólio das turmas do 3º ano relatam que em conjunto, equipe diretiva e o grupo de professoras fizeram um remanejamento de alunos que favoreceu o desenvolvimento dos trabalhos com os estudantes, sendo possível abordagens mais direcionadas a partir das investigações realizadas. Terminam dizendo que o trabalho do LA vem apresentando resultados importantes, pois os alunos estão mais motivados e participativos, tendo assim oportunidade de ampliar seus conhecimentos e desenvolver noções importantes para que possam completar seu processo de alfabetização.

A avaliação é constante, porém, no início e término de cada semestre, os alunos passam por uma avaliação diagnóstica que é discutida entre os pares de professores, e, posteriormente, direcionados os trabalhos específicos para os grupos de alunos, que, muitas vezes, passam por remanejamentos de turmas por terem conseguido avançar em algum ponto em sua aprendizagem.

Recuperando-se todos os pontos no que diz respeito aos professores que atuam no LA, considero a preocupação da SE e da equipe diretiva em designar, para esse tipo de trabalho, professores que tenham identificação com o trabalho desenvolvido para alfabetização e com a tarefa de executar atividades diferenciadas na sala de aula, de modo que o estudante não tenha a mesma atividade nos dois turnos. Sinto-me à vontade para dizer que a escola teve a oportunidade de, a cada final de ano, oferecer o cargo para professores, do quadro efetivo da escola que se disponibilizavam em trabalhar, primeiramente, com as dificuldades dos alunos, além de atuar em um turno intermediário.

Há alguns critérios, que não são totalmente fechados, mas que contribuem para a escolha desse profissional, como já citado. Um dos principais é o de ter experiência com alfabetização e de se encaixar em um turno de trabalho diferenciado. É preciso que o profissional esteja disponível a sugestões e mudanças, conforme as necessidades, e participar do curso de formação *Extrapolando a Sala de Aula*. E um último, que é possuir outro cargo na escola, pois isto facilita a troca de informações entre os turnos e professores das turmas do turno da manhã, que são atendidas no intermediário. Informações estas que também são compartilhadas pela coordenadora do turno da manhã, que depois de muita insistência de minha parte junto à SE, permanece na escola também no turno intermediário, no cargo de professora auxiliar de projetos.

No início da reestruturação, tive que recusar uma professora que não se enquadrava no trabalho desenvolvido, mas no decorrer dos anos posso dizer que a escola foi muito feliz com as professoras que chegavam por meio de contrato, enviadas pela SE para as vagas do LA e que não eram preenchidas pelos efetivos. A SE já informada do trabalho desenvolvido pela escola com o LA, no ato do contrato, já mencionava o tipo de atividade que seria desenvolvida na escola, assim como o horário também diferenciado, possibilitando ao pretendente a opção de escolha.

Mais recentemente, a escola passou a contar com duas professoras do quadro efetivo, uma que está desde o primeiro ano de atuação do projeto, e outra que começou sua atuação no LA, em 2013; duas professoras contratadas, via SE, uma que estava retornando à escola, pois trabalhou no projeto em 2013 e uma novata, mas que se dedica ao máximo e acompanha o trabalho das outras; uma professora de Música que está na escola desde 2012, assim como o de percussão. Agora, estou aguardando um professor de Teatro e um monitor de capoeira.

Neste ano, por conta da redução de carga horária do professor na Rede Municipal de Ensino de Juiz de Fora, em consequência da Lei do Piso, Lei federal nº 11.738, de 16 de junho de 2008, que trata do piso salarial do professor, foi reorganizado novamente todo o horário do LA. As professoras que atuam no LA assumem os trabalhos de segunda a quinta-feira, no horário de 11h às 15h, e, na sexta-feira, os alunos têm aulas de Música, Teatro, Biblioteca e informática.

No caso da percussão, esta teve que permanecer na terça e quinta-feira, pois o professor não podia modificar seu horário em outras escolas; e, quanto às oficinas de Grafitti, fiz uma avaliação junto às coordenadoras e ao coordenador da Associação Juizforana de hip-hop que oferece os monitores, ficando decidido que a escola iria suspender, neste ano, as oficinas de Grafitti e substituí-las por capoeira. Com a reorganização, passei a atender a mais uma turma do segundo ano do Ensino Fundamental, totalizando sessenta alunos no LA, somados aos outros sessenta e cinco estudantes que participam apenas das oficinas que funcionam diariamente na escola, de 11h às 12h.

Com a ampliação do número de alunos e a redução da carga horária do professor e do coordenador pedagógico, solicitei à SE que enviasse mais uma coordenadora para o acompanhamento dos trabalhos do LA e da escola como um todo. Depois de muita insistência e conversa e argumentações, já que a escola não possui vice-diretor, fui atendido. Dessa forma, agora com três coordenadoras pude aparar melhor as arestas, enfatizando o acompanhamento e a avaliação não só no LA, mas também dando suporte a cada professor e professora para estender o trabalho realizado nas oficinas pedagógicas de Português e Matemática, na sala de aula, e em alguns momentos das aulas.

Posso contar com o comprometimento dos responsáveis para não retirar os alunos do LA e principalmente com o dos professores e funcionários; estes estão

sempre dispostos a modificar e experimentar outras formas e horários de trabalho, visando sempre a contribuir melhor com o acolhimento e a satisfação dos alunos.

Contudo, ainda há pontos a serem ajustados como ampliar o número de vagas, pois ainda existem alunos que necessitam ser atendidos no LA. É preciso contar com mais uma coordenadora, a fim de melhorar o acompanhamento dos professores e alunos, além de reuniões com menor espaço de tempo, para que se possa realizar um acompanhamento mais individual a cada aluno e sua família, buscando-se convênios com instituições e espaços externos à escola.

Quanto à Secretaria de Educação, seria muito importante que se fizesse um acompanhamento e um estudo mais efetivo, além do que é realizado com o *Extrapolando a Sala de Aula*. E que essa secretaria oportunizasse às escolas, que possuem boas práticas de LA, a divulgação dos trabalhos e de sua organização, com a intenção de obter sugestões de outras instituições ou para que se possa contribuir mais diretamente com outras.

Neste capítulo, apresentei um estudo que considero relevante para o trabalho realizado na EMPEAV. Como tenho, ainda, a intenção de ampliar as turmas que permanecem em Tempo Integral na escola, foi oportuno buscar, na literatura e em documentos da SE, relatos e experiências sobre esta modalidade de ensino. Também tive a oportunidade de verificar como o ciclo de políticas ocorre e como essas políticas interferem no cotidiano da EMPEAV.

Dessa forma, a escola se dispõe a se aprofundar mais em seus estudos e práticas que possam cada vez mais enriquecer o ciclo de aprendizagens. Estas passam também pela relação família-escola, pois as professoras que atuam no LA passam a conhecer mais seus alunos e suas famílias, já que os estudantes são acompanhados em pequenos grupos, o que possibilita ao professor se aprofundar nas relações professor-aluno, aluno-professor. Porém, sabe-se que ainda há muito o que ser feito no que tange à relação família-escola, mas tenho consciência de vir empreendendo tentativas para melhorar essa relação. Espero, assim, que com o desenvolvimento das ações do LA os alunos tenham melhores perspectivas de aprendizado, assim como os professores melhores condições de trabalho.

No capítulo que segue, proponho ações que possam enriquecer práticas, estudos e atividades desenvolvidas no LA e na sala de aula no turno regular da EMPEAV, assim como de outras escolas via Secretaria de Educação.

3 PLANO DE AÇÕES INTEGRADAS

De acordo com os estudos realizados nos capítulos anteriores e com um olhar mais minucioso do trabalho realizado, percebo que mesmo com todo o desenvolvimento da implementação dos programas PDE Escola, PME e da ação como um todo que envolve o LA, bem como da formação dos professores e da ampliação das vagas que possibilitem o aumento da jornada dos alunos, há mais a ser realizado. Assim, neste capítulo proponho algumas ações que viabilizem a melhoria do ensino-aprendizagem dos estudantes.

No decorrer dos anos e dos estudos realizados na EMPEAV, percebi que ainda há algumas lacunas na gestão a serem preenchidas. Uma delas são as

reuniões, que antes eram feitas bimestralmente e, em alguns momentos, foi preciso fazer espaçamentos trimestrais, por falta de oportunidade de se parar as atividades para sentar e conversar.

Também no que diz respeito à formação do professor, que participa do *Extrapolando a Sala de Aula*, verifiquei que poderia, nas reuniões da escola, realizar, além do acompanhamento sistemático de cada aluno e das atividades desenvolvidas, uma formação, ainda que micro mas fundamental, para contribuir com o acompanhamento das oficinas realizadas no LA e com a troca de experiências vivenciadas pelas professoras, na evolução das atividades e dos alunos.

Dessa forma, para que se possa ter um acompanhamento mais eficiente e com a possibilidade de se agir com mais rapidez nos desacertos, e para que as professoras se encontrem sem seus alunos para discutir as prioridades de atendimento a cada um, proponho que haja reuniões quinzenais de uma hora e meia, na própria escola, ou fora dela se houver necessidade e se for acordado com todos os envolvidos no processo do LA, considerando-se o calendário e o cronograma previamente elaborado coletivamente.

Os assuntos a serem tratados serão elencados a partir da primeira reunião, sendo que o próximo assunto será decidido ao final da reunião anterior conforme demanda e necessidade, não sendo necessário nenhum gasto. Nestas reuniões, será necessária a participação da coordenadora responsável pelos projetos, a das professoras que atuam no LA e a do gestor da escola. Penso que essas reuniões possibilitarão verificar o que está surtindo maior efeito na aprendizagem dos alunos.

Pude observar ainda que no período de 2010-2014, faltou um acompanhamento mais de perto da SE – um profissional que pudesse realizar visitas pedagógicas à escola. O que se tem feito é a participação das professoras nos cursos de formação e em consequência disso a entrega dos portfólios ao final de cada ano. Portanto, penso que a escola perde a oportunidade do acompanhamento e da visão de algum profissional de fora. Um profissional que pudesse perceber problemas que, em alguns casos, requer um tempo maior para ser percebido. Com isso, a SE perde a oportunidade de realizar registros mais detalhados da implementação de uma ação como o LA, que considero ser importante para contribuir com a alfabetização na idade certa.

O profissional, para atuar no cargo, que vou chamar aqui de coordenador do PME e projetos da SE, pode ser vinculado a uma supervisão⁸ do DEAP (Departamento de Ações Pedagógicas) ou ter sua própria supervisão. As visitas às escolas devem ocorrer durante todo o ano letivo com uma programação de visita, em um cronograma previamente distribuído às escolas que fazem parte do PME e que tenha outros projetos que necessitem de acompanhamento.

Em todas as visitas, sem exceção, é necessário que esse agente faça um relatório com cópia para a escola, no qual constarão as conversas e intervenções que se fizerem necessárias e, posteriormente, com o retorno para a escola em situações emergenciais ou na próxima visita.

Assim, penso que a SE terá dados mais concretos e poderá intervir de forma mais produtiva e não apenas através de cobrança de ações das escolas, estreitando-se as relações com as instituições, e tendo uma avaliação com a qual será possível aperfeiçoar os trabalhos desenvolvidos.

Percebo que se a SE disponibilizar um profissional especialmente para acompanhar os projetos e ações desenvolvidas no LA, possivelmente haveria maiores condições de avaliar o trabalho visto por alguém de fora da escola.

É sempre muito bom conhecer outras experiências e práticas, por isso penso ser importante disponibilizar a experiência vivenciada na EMPEAV. Isso possibilitará que outras instituições economizem tempo e trabalho na elaboração de seus horários, de seus professores, de suas reuniões e principalmente da forma de acompanhamento e avaliação dos projetos. Sabe-se que as escolas possuem suas particularidades e culturas diferenciadas, mas cada uma pode aproveitar o que mais lhe convier e adaptar à sua realidade.

Como proposta pedagógica, quero propor à SE que disponibilize um tempo no curso de formação *Extrapolando a Sala de Aula* para uma discussão em que os participantes possam tirar dúvidas e/ou dar sugestões para trabalhos futuros em suas escolas, assim como ocorre na EMPEAV. Para isso, os responsáveis por organizar esse curso precisam conhecer e entender como se dá o LA na EMPEAV, e incluir no cronograma do curso um momento em que a escola possa participar. Para a apresentação, posso contar também com a participação das professoras que

⁸ O profissional que atua em uma supervisão na SE está ligado a um Departamento e responde a um trabalho de competências próprias e atribuições específicas de cada supervisão e de seu Departamento.

trabalham com o LA na escola. Estas terão condições de endossar o que foi, e o que

	Reuniões quinzenais para acompanhamento de ações na escola e ampliar a participação dos professores na formação em serviço	Conscientizar a SE da necessidade de um profissional para o acompanhamento sistemático dos projetos de LA.	Apresentar as boas práticas do LA da EMPEAV.
--	--	--	--

está sendo realizado na escola. A partir de então, outras instituições que se interessarem em conhecer melhor a realidade da EMPEAV poderão agendar uma visita ou solicitar cópia do plano.

O que será feito	Propor para o grupo da escola que se façam reuniões de acompanhamento quinzenalmente tanto do LA quanto do cotidiano dos alunos em sala de aula. Realizando troca de experiências e pequenos estudos levando algumas propostas para o Extrapolando a Sala de Aula.	Propor à SE que se faça um acompanhamento sistemático em todas as escolas que possuem LA.	Divulgar as boas práticas da EMPEAV às escolas que se interessarem.
Por que será feito (justificativa)	Para que se tenha melhor acompanhamento dos alunos, ações e atividades desenvolvidas no LA.	Percebemos que se a SE disponibilizar um profissional especialmente para acompanhar os projetos e ações desenvolvidas no LA possivelmente teremos maiores condições de avaliar o trabalho visto por alguém de fora da escola.	Para que outras escolas tenham a oportunidade de verificar como se dá o LA na EMPEAV e possam aproveitar alguma ação e adaptar à sua realidade.
Onde será feito (local)	As reuniões acontecerão na escola ou quando surgir necessidade fora dela, de acordo com a demanda do grupo.	O profissional disponibilizado pela SE seria vinculado a uma supervisão do DEAP e visitaria as escolas periodicamente.	Na própria escola e podemos propor que se apresente o plano no curso de formação Extrapolando a Sala de Aula.
Quando será feito (tempo)	No decorrer do ano letivo conforme cronograma antecipadamente elaborado	Durante todo o ano letivo	De acordo com o calendário e as previsões e programações do curso em questão.
Por quem será feito (responsabilidade)	Pelas coordenadoras, professoras e gestor.	Pelo técnico que a SE designar para este trabalho.	Pelo Gestor proponente desta ação ou pelo técnico da SE.
Como será feito (método)	No início de cada ano letivo a equipe de professores, coordenadores e gestor planejam as atividades de fevereiro à dezembro, abertas para alterações quando necessário.	Encaminhar o plano de ação para a Secretaria de Educação para apreciação do departamento responsável.	Encaminhar o plano de ação para as escolas que tiverem interesse
Quanto custará fazer (custo)	Para as reuniões não estão previstos gastos	Isso depende de quantas escolas atualmente, possuem o LA. Portanto custará mais um cargo de supervisão, com seus respectivos técnicos.	Para esta ação não haverá custos

QUADRO 3: PROPOSTA DE INTERVENÇÃO

Elaborado pelo autor

3.1 Considerações Finais

Ao final desta dissertação, ressalto a importância do LA para a EMPEAV. Mesmo com dificuldades, com o empenho de todos e todas da escola, foi possível

alcançar grandes avanços nesses quatro anos de trabalho. Quero lembrar, aqui, que cheguei à escola para um período de uma semana e permaneci por um ano e meio, até que chegassem as eleições para diretor e eu pudesse ter a oportunidade de ser referendado pelos professores, funcionários e comunidade. Esse período foi de muito aprendizado e conhecimento sobre a escola como um todo, pois tive que contribuir com a implementação de programas e ações em uma instituição, junto à qual eu era uma pessoa estranha.

Os dois primeiros anos de trabalho foram os mais complicados, pois nos faltavam funcionários, principalmente no horário intermediário, e de forma alguma foi permitido remanejar professores do LA para cobrir faltas em sala de aula. No primeiro ano, eu ainda não dispunha de uma quantidade adequada de material pedagógico que pudesse enriquecer mais as atividades realizadas no LA. As mudanças de sala e de horário confundiam um pouco os alunos e em alguns casos os professores e funcionários. Com o tempo e o melhor entendimento do funcionamento do LA, fui superando os entraves e conseguindo garantir a presença dos alunos, assim como maior aproveitamento de material e de tempo.

Um dos aprendizados obtidos no decorrer do trabalho como gestor foi a certeza de que não basta apenas alocar os recursos financeiros para a área educacional e adquirir materiais pedagógicos para oficinas, se não houver uma correta gestão na aplicação desses recursos. Tudo isso foi destacado na elaboração do primeiro capítulo, em que foram apresentadas a organização e a implementação dos programas PDE Escola e PME, que tanto contribuíram para a adequação do LA.

Neste trabalho, tive a oportunidade de ser um dos sujeitos de pesquisa, uma vez que participei em todos os momentos de implementação dos programas e de ações. Fazer parte da própria pesquisa é um tanto quanto complicado, e, às vezes, causa desconforto, pois corre-se o risco de se perder na pesquisa ou de simplesmente afirmar ser a melhor já realizada. Lidar com vários problemas, mas, mesmo assim, saber que o caminho que está sendo percorrido é o mais certo para oferecer uma educação cada vez melhor aos alunos.

Assim, foi produtivo o desenrolar do segundo capítulo, no qual pude apresentar estudos sobre temas relacionados ao LA. Conhecer um pouco mais do Ciclo de Política através de Ball (2006) foi muito importante para entender mais como o LA pode ser implementado na escola e como, de forma micro, ele também faz seu ciclo.

A oportunidade de contar com um texto de referência em Escola de Tempo Integral, uma série de livros elaborados pelo MEC, e conhecer mais a fundo como se deu o início das escolas de Tempo Integral em Juiz de Fora foi uma alavanca para que fosse elaborado um projeto de implementação de duas turmas efetivamente de Tempo Integral na EMPEAV. Enfim, conhecer um pouco mais sobre a relação família-escola e procurar caminhos para estreitá-la é importante para que os alunos se sintam mais acolhidos e seguros na escola. Saber também que ao propor mais reuniões com o grupo do LA fará com que professores, alunos e equipe diretiva saiam ganhando no que tange ao ensino-aprendizagem.

Contudo, a escola ainda pode e deve pesquisar e realizar mais, com alunos que estão no LA e também com aqueles que já saíram do LA e da escola, como, por exemplo, saber quais foram as contribuições que o LA possibilitou às suas vidas. Também se pode tentar ampliar os espaços escolares para além dos muros da escola, possibilitando o aumento do tempo e do número de alunos em suas aprendizagens. Um trabalho promissor poderá ser a comparação entre escola e/ou Redes de Ensino que trabalham com o Laboratório de Aprendizagem. E como se deu a implementação, como é o funcionamento, como são distribuídos os horários, e qual é o número de alunos atendidos? Como são feitos o acompanhamento, a avaliação e a ampliação da jornada do aluno na escola ou fora dela?

O projeto de intervenção, proposto a partir da pesquisa qualitativa realizada, terá a participação ativa de diferentes atores, professores, equipe diretiva e Secretaria de Educação, assim como, em alguns momentos, os responsáveis pelos alunos.

Vale destacar que foram surgindo novas demandas de trabalho, não só as atividades realizadas no LA, mas uma ampliação delas para a escola em seu horário regular. Foi criada a “Sacolinha Literária”, a partir da experiência de uma professora, e ampliada para toda a escola, sendo confeccionada uma sacolinha de tecido com o nome da escola e do aluno (removível). Nela o aluno leva para casa toda semana um livro para deleitar leituras com a família. A partir, daí foi necessário informatizar a biblioteca, possibilitando maior agilidade no empréstimo dos livros. Também foi disponibilizado para os professores o “Carrinho Pedagógico”, que facilita o transporte dos jogos pedagógicos para a sala de aula.

Com o estudo entendo que o LA tem fundamental importância para o trabalho de alfabetização. O LA é um espaço de investigação, no qual a professora tem a

oportunidade de trabalhar com um número reduzido de alunos e com isto ter mais condições de realizar um trabalho investigativo dos alunos atendidos. Trabalho este que contribui em curto prazo com o desenvolvimento de estratégias e de intervenções visando o ensino/aprendizagem individualizado. Não se trata de um simples reforço em que o aluno se apresenta e realiza atividades comuns ao dia-a-dia da sala de aula ou simplesmente para fazer deveres de casa, mas sim de atividades pedagógicas que desenvolve a descoberta e instiga o aluno ao aprendizado. As atividades desenvolvidas no LA são diferenciadas, com jogos pedagógicos e com a participação mais efetiva do educando.

Contudo pude perceber que as atividades e estratégias desenvolvidas no LA, podem perfeitamente serem trabalhadas em sala de aula, no horário regular, que o(a) professor(a) deve investigar e pesquisar o seu aluno diariamente para intervir em seu aprendizado de forma mais eficaz. Com esta percepção a escola como um todo passou a adotar portfólios para cada turma e atividades diagnósticas para que se faça uma intervenção com cada aluno e esta seja compartilhada com o LA.

A escola ampliou e acompanhou a montagem de um portfólio por turma e por professor, para que houvesse mais condições de avaliar os alunos e o trabalho realizado em sala de aula. Foi solicitado à SE que duas turmas, uma do 3º ano e outra do 4º ano que foram escolhidas por abrigar a maioria dos alunos que já fazem parte do tempo ampliado, fossem totalmente transformadas em Tempo Integral, e, assim, foi possível ampliar as vagas também no LA. Inicialmente, já há uma resposta positiva, que está em fase de elaboração de um plano de ação para que se possa fazer essa implementação ainda, neste ano.

O que é gratificante é saber que neste quarto ano de trabalhos efetivos no LA, a EMPEAV se encontra muito melhor do que estava quando se deu o início de tudo. A escola possui hoje material adequado e em quantidade adequada a todos os alunos, desde que previamente planejado, com profissionais suficientes para atuar no intermediário e atender a todos os alunos em todos os dias da semana. Há funcionários em quantidade adequada na cozinha e serviços gerais, mais uma coordenadora para o acompanhamento dos trabalhos desenvolvidos, tanto no LA quanto em sala de aula, que venho reivindicando desde 2013. Além da notável satisfação dos professores das oficinas do LA, bem como os relatos dos alunos, uma grande conquista é perceber a evolução desse LA, além de perceber que os

responsáveis pelos alunos se sentem bem acolhidos e que este acolhimento proporciona melhores aprendizados às suas vidas.

Dessa forma, espero que este trabalho possa contribuir na elaboração de planejamento por parte dos gestores que atuam no acompanhamento da SE, bem como das escolas e professores que trabalham em projetos diversos.

REFERÊNCIAS

BOY, Lídia Campos Gomes e Leite, Lúcia Helena Alvarez. **O trabalho coletivo docente na Escola de Tempo Integral – um estudo de caso.** In Anais do V Simpósio sobre trabalho e Educação. Belo Horizonte. MG. 2009.

BALL, Stephen. **Sociologia das Políticas Educacionais e Pesquisa Crítico-Social: uma revisão pessoal das políticas educacionais e da pesquisa em política educacional.** *Currículo sem Fronteiras*, v.6, n.2, pp.10-32, Jul/Dez 2006, Disponível em: <http://www.curriculosemfronteiras.org/>. Acesso em 15 de maio de 2014.

BRASIL, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **PORTARIA NORMATIVA INTERMINISTERIAL Nº- 17, DE 24 DE ABRIL DE 2007**, Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=14887&Itemid=817 Acesso em 19/01/2013.

BRASIL, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Políticas docentes no Brasil: um estado da arte.** Bernardete Angelina Gatti, Elba Siqueira de Sá Barretto e Marli Eliza Dalmaz de Afonso André. – Brasília: UNESCO, 2011, p.195-206. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0021/002121/212183por.pdf> acesso em 08 de jun. 2014. GATTI, Bernadete Angelina et. al. Políticas Docentes no Brasil: Um estado da Arte. Brasília, Ministério da Educação, 2011, pp. 195-203.

BRASIL, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Interação escola-família: subsídios para práticas escolares.** Organizado por Jane Margareth Castro e Marilza Regattieri. – Brasília : UNESCO, MEC, 2009, p. 31.

BRASIL, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Programa de Desenvolvimento da Escola**, disponível em: http://pdeescola.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=51&Itemid=2 Acesso em 27/10/2013.

BRASIL, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Programa Mais Educação, Passo a Passo**, disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/passoapasso_maiseducacao.pdf acesso em 10/01/2013, às 10h 13min.

BRASIL, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Portal ideb, disponível em: <http://www.portalideb.com.br>, acesso em 17/03/2013 às 18h e 26 min.

BRASIL, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Educação Integral: texto referência para o debate nacional. Série Mais Educação. Brasília: MEC, Secad, 2009**, pp. 10-34.

CONDÉ, Eduardo Salomão. **Políticas Públicas: Conceitos, Características e um Olhar Sobre o Campo.** In Curso de Aperfeiçoamento para Gestores da Educação Pública. CAED, 2012 pp. 19-34.

COELHO, Lígia Martha Coimbra da Costa. In Em aberto n.80, Inep, 2009. P. 83-96, disponível em: www.publicacoes.inep.gov.br/.../%7B12CAA9A9-B8F3-42E1-B8E9-0B, acesso em 05/04/2014, às 22h.

CORTINOVI, Tânia. **Laboratório de Aprendizagem: investigação do processo de aprendizagem/desvelamento do cotidiano escolar**. In: SILVA, Luiz Heron da. Escola Cidadã: teoria e prática. Petrópolis: Vozes, 199, pp. 95-103.

Escola Plural. In: DALBEN, Ângela Imaculada Loureiro de Freitas. **Singular ou plural? Eis a escola em questão!** Belo Horizonte: GAME/FAE/UFMG, 2000, pp. 77-90.

JUIZ DE FORA (MG). Secretaria de Educação. **Diretrizes Educacionais para a Rede Municipal de Ensino de Juiz de Fora: escola com compromisso social**. Juiz de Fora, v. 1, dez. 2005.

JUIZ DE FORA (MG). Secretaria de Educação. **Regimento Escolar para as Escolas Municipais de Juiz de Fora**. Juiz de Fora, capítulo II, seção IV, Maio, 1992.

JUIZ DE FORA (MG). Secretaria de Educação. Resolução nº 001/99. Juiz de Fora, Art.3º, janeiro, 1999.

JUIZ DE FORA (MG). Secretaria de Educação. Departamento de Ações Pedagógicas. **Extraplando a sala aula: outros lugares para a mediação da aprendizagem**. Juiz de Fora: Secretaria de Educação de Juiz de Fora, Departamento de Ações Pedagógicas, 2006.

KIRCHNER, Elenice Ana. **Educação em tempo integral: Ampliando Possibilidades Educacionais**. In Anais do Colóquio Internacional de Educação e Seminário de Pesquisa sobre Indicadores de Qualidade do Ensino Fundamental, v.1. n. 1 Joaçaba. Sc. 201.

Lei nº 11.669, de 22 de setembro de 2008. **Dispõe sobre a criação do Programa Escola de Educação em Tempo Integral em consonância com o disposto no art. 34 e no § 5º, do art. 87, da Lei Federal nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. Sistema de Legislação Municipal – JF Legis**. Disponível em: <<http://jflegis.pjf.mg.gov.br>>. Acesso em: 17 de abril de 2014.

Lei nº 11.145, de 31 de maio de 2006. Institui o Plano Decenal Municipal de Educação de Juiz de Fora e dá outras providências. Sistema de Legislação Municipal – **JF Legis**. Disponível em: <<http://jflegis.pjf.mg.gov.br>>. Acesso em: 06 jun. 2014.

Lei nº 8710, de 31 de julho de 1995. **Dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos da administração direta do Município de Juiz de Fora, de suas autarquias e funções públicas. Sistema de Legislação Municipal – JF Legis**. Disponível em: <<http://jflegis.pjf.mg.gov.br>>. Acesso em: 07 jun. 2014.

MATTOS, Graciele Fernandes Ferreira. **As Artes de saber fazer em uma escola de Educação em Tempo Integral**. Tese (Doutorado em Educação) –Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora: 2012, pp. 42-76.

NOGUEIRA, Maria Alice. **Família e Escola na Contemporaneidade: os meadros de uma relação.** Educação e Realidade, jul./dez. 2006.

OLIVEIRA-FORMOSINHO, Júlia; KISHIMOTO, Tizuko Mochida. **Formação em Contexto: uma estratégia de integração.** São Paulo: Pioneira Thommson Learning, 2002, p 8-9.

SANTIAGO, Mylene Cristina. **As Múltiplas Dimensões de Inclusão e Exclusão Nos Laboratórios de Aprendizagem.** Juiz de Fora: UFJF, 2013, pp. 36, 37.

PROJETO, Político Pedagógico da Escola Municipal Eunice Alves Vieira. Juiz de Fora-MG, 2012.

REGIMENTO, Escolar da E.M. Profª Eunice Alves Vieira. Juiz de Fora-MG, 2007, p. 7.

SARMENTO, Diva Chaves. **AUTONOMIA MUNICIPAL: SISTEMAS MUNICIPAIS DE ENSINO.** Disponível em: <http://www.ufjf.br/revistaedufoco/files/2010/02/8-Texto-para-Educa%C3%A7%C3%A3o-em-Foco-Diva-abstrat.pdf>. Acesso em 07/09/2013.